

RELATÓRIOS PRELIMINARES E COMUNICADOS À IMPRENSA

Missões de Observação Eleitoral
Eleições Gerais de 2026 - 1º Turno

SUMÁRIO

INTERNACIONAIS

- 1.1 OEA - Declaração à imprensa
- 1.2 OEA - Relatório Preliminar do 1º Turno
- 1.3 PARLASUL - Comunicado de Meio-Dia
- 1.4 PARLASUL - Relatório Preliminar (Encerramento)
- 1.5 ROJAE-CPLP - Relatório Preliminar
- 1.6 Carter Center - Comunicado de Imprensa
- 1.7 Liga dos Estados Árabes - Declaração Introdutória / Relatório Parcial

NACIONAIS

- 2.1 Transparência Eleitoral - Primeiro Comunicado (Abertura)
- 2.2 Transparência Eleitoral - Segundo Comunicado (Acompanhamento da votação)
- 2.3 Transparência Eleitoral - Terceiro Comunicado (Encerramento)
- 2.4 Transparência Eleitoral - 1º Relatório Parcial do 1º Turno
- 2.5 PUC-SP - Comunicado Preliminar
- 2.6 UERJ/NEPEDI - Relatório Preliminar (Meio-Dia)
- 2.7 UERJ/NEPEDI - Relatório Preliminar (Encerramento)
- 2.8 UNILA - Relatório Preliminar

1.1 OEA - Declaração à imprensa do Chefe da Missão de Observação Eleitoral

Bom dia aos membros da imprensa e a todas as pessoas que nos acompanham. É uma satisfação estar com vocês.

Este é o quinto processo eleitoral acompanhado pela OEA no Brasil. Para estas eleições, constituímos uma equipe técnica sólida e independente, composta por 91 especialistas e observadores de 23 nacionalidades.

Desde as primeiras horas da manhã, nossa Missão está em campo, acompanhando de perto o desenvolvimento da jornada eleitoral em 21 estados e no Distrito Federal. Também contamos com observadores no exterior, especificamente em Miami, Washington, D.C., Nova Iorque, Lisboa, Londres e Buenos Aires.

Ao longo do dia, estamos prestando especial atenção a cada etapa do processo: à instalação das seções eleitorais nas primeiras horas da manhã, ao andamento da votação, ao teste de Integridade das urnas eletrônicas do dia das eleições, ao encerramento da votação e à transmissão dos resultados.

Nos locais de votação visitados até o momento, a Missão constatou que as seções eleitorais observadas iniciaram a votação pontualmente e dispunham dos materiais necessários para que a cidadania pudesse exercer seu direito ao voto.

Também foi emitida a “zerésima”, documento que comprova que não há votos registrados na urna eletrônica antes do início da votação. Esses documentos foram assinados pelos mesários e afixados em local visível às eleitoras e aos eleitores.

A Missão conversou com mesários que possuem ampla experiência nessas funções e demonstraram conhecimento dos procedimentos.

Nos locais observados, a votação tem transcorrido com tranquilidade e em condições adequadas de segurança.

A Missão faz um apelo respeitoso às brasileiras e aos brasileiros para que continuem participando ativamente e exerçam seu direito ao voto com entusiasmo e convicção.

Esta jornada representa uma oportunidade para que a cidadania decida, por meio do voto, o futuro do país e escolha quem terá a responsabilidade de governá-lo nos próximos anos.

NMT



OEA

18 19 22 26 27 28 32 34 35 36 37



OEA/OAS

Misión de Observación Electoral
Missão de Observação Eleitoral
Mission d'Observation Electorale
Electoral Observation Mission

RELATÓRIO

Missão de Observação Eleitoral da OEA

Eleições Gerais de 2026 no Brasil

Relatório preliminar da Missão de Observação Eleitoral da OEA no Brasil

6 de outubro de 2026

A Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA), liderada pelo ex-Secretário-Geral da OEA e ex-Ministro das Relações Exteriores do Chile, José Miguel Insulza, parabeniza o povo brasileiro por sua participação nas eleições gerais realizadas no último domingo, 4 de outubro, em uma jornada cívica e pacífica. Reconhece também o trabalho profissional da Justiça Eleitoral, dos membros das mesas receptoras de votos, das forças de segurança e das demais instituições do Estado, que permitiu que 158.745.502 eleitores habilitados elegeassem, no território nacional e no exterior, 1.790 cargos de maneira organizada e sem incidentes de maior gravidade.

A MOE/OEA parabeniza os candidatos eleitos para os diversos cargos em disputa e as duas chapas presidenciais mais votadas que passaram para o segundo turno eleitoral e convida as candidaturas, as equipes de campanha e os simpatizantes a promoverem um clima de respeito, centrado no debate de propostas programáticas e no intercâmbio de ideias durante a próxima etapa da campanha eleitoral. Ao mesmo tempo, a Missão apela a todos os atores, nacionais e internacionais, para que ajam com responsabilidade e respeito às instituições brasileiras e à vontade soberana do povo. A MOE/OEA retornará ao Brasil para observar o segundo turno.

A Missão chegou ao país de forma escalonada a partir de 25 de setembro e foi composta por 91 observadoras e observadores¹ de 23 nacionalidades. Antes do dia das eleições, ela se mobilizou em 21 unidades federativas do país² e no Distrito Federal (Brasília), bem como em 6 cidades no exterior³. Com base nas reuniões realizadas, na análise exaustiva da legislação e de outros documentos pertinentes, assim como na observação direta, foi realizada uma análise integral do processo eleitoral, mantendo os princípios de objetividade e neutralidade, a não substituição dos atores nacionais do processo, o respeito ao direito interno e a garantia da independência e da transparência, entre outros princípios que regem o trabalho das Missões de Observação Eleitoral da OEA⁴. Além disso, seus integrantes acompanharam o cumprimento das recomendações emitidas em missões anteriores.

Durante sua atuação, a Missão realizou mais de uma centena de reuniões com autoridades eleitorais e governamentais, membros de partidos políticos, candidatos, representantes da sociedade civil e organismos internacionais, entre outros atores, com o objetivo de coletar diversas perspectivas sobre o processo eleitoral e informações relevantes sobre organização eleitoral e voto no exterior; tecnologia eleitoral; justiça eleitoral; financiamento político-eleitoral; violência eleitoral; campanhas, mídia e comunicação digital; participação política das mulheres; e participação de povos indígenas e afrodescendentes.

¹ 48 mulheres e 43 homens.

² Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal.

³ Miami, Nova York e Washington, D.C., nos Estados Unidos da América; Lisboa, em Portugal; Londres, no Reino Unido; e Buenos Aires, na Argentina.

⁴ Organização dos Estados Americanos. (2024). Manual para as Missões de Observação Eleitoral da OEA, p. 15 e 16.

<https://www.oas.org/ext/DesktopModules/MVC/OASDnnModules/Views/Item/Download.aspx?type=1&id=958&lang=2>

A Chefia da Missão realizou reuniões com o Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, e com o Ministro José Antonio Dias Toffoli; com o Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin; com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira; e com a Secretária-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha. Adicionalmente, a Chefia da Missão reuniu-se com organizações da sociedade civil, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com candidatos e representantes de diversas organizações políticas – incluindo representantes das duas campanhas que disputarão o segundo turno –, com outras missões internacionais de observação credenciadas e com membros do Corpo Diplomático, entre outros. Os demais integrantes da Missão realizaram reuniões com autoridades eleitorais em todas as unidades federativas do Brasil onde a MOE atuou. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os encontros foram liderados pelos assessores da Chefia da Missão, os embaixadores Agustín Espinosa e Eladio Loizaga, respectivamente.

A MOE/OEA valoriza o fato de o TSE, dentro de suas competências, ter realizado uma análise para diferenciar claramente as iniciativas que correspondem a convidados especiais das missões de observação eleitoral, que são independentes, apresentam relatórios públicos e possuem financiamento e metodologia conhecidos. Nesse sentido, o processo eleitoral foi observado por missões internacionais que se regem pela Declaração de Princípios para a Observação Internacional e pelo Código de Conduta para Observadores Eleitorais Internacionais, entre elas a OEA, o Centro Carter e a Missão de Especialistas da União Europeia. Além disso, a MOE/OEA destacou como boa prática a inclusão, no Manual do Mesário do TSE, de uma seção dedicada à observação eleitoral nacional e internacional, permitindo aos mesários familiarizar-se com o trabalho das Missões de Observação Eleitoral, incluindo a MOE/OEA.

A Missão observou uma importante capacidade técnica, logística e organizacional por parte do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), como é tradição no Brasil, para conduzir com sucesso eleições de grande magnitude, tanto pelo número de eleitores registrados e de locais de votação disponibilizados, quanto pela extensa e variada geografia do país. A MOE/OEA destaca que 100% das 517.179 seções eleitorais instaladas no país e no exterior abriram no dia da eleição. As diversas atividades do calendário eleitoral, aprovado com a devida antecedência, foram cumpridas nas datas estabelecidas. Além disso, observou-se uma atitude colaborativa entre os diversos atores envolvidos na organização das eleições, bem como uma abertura em relação ao trabalho da MOE/OEA. Também foi constatado um ambiente de normalidade nos preparativos para as eleições nos dias que antecederam a votação, salvo incidentes isolados⁵.

A MOE/OEA também observou que a campanha eleitoral transcorreu em um clima de tensão e forte polarização política, com uma manifesta judicialização⁶, confrontos pessoais e narrativas de desinformação destinadas a gerar desconfiança quanto à integridade do sistema eletrônico de votação⁷. Diversos grupos políticos também transmitiram à MOE/OEA sua preocupação com a circulação, nas redes sociais, de desinformação, notícias falsas e publicações com conteúdo violento e que incitam ao ódio,

⁵ Em Manaus, no Amazonas, foi relatado um incidente de intimidação e coação contra candidatos e simpatizantes com o objetivo de impedir a realização de um ato político. A Missão foi informada de que o fato estava sendo investigado.

⁶ Em 4 de outubro de 2026, a Secretaria Judicial do TSE registrava aproximadamente 90.275 processos no ciclo eleitoral.

⁷ Pacto pela Democracia. *O Pacto pela Democracia lança o relatório "O valor do voto"*. 2 de setembro de 2026.

<https://pactopelademocracia.org.br/novidade/pacto-pela-democracia-lana-relatorio-o-valor-do-voto/>

apesar dos controles vigentes por parte da Justiça Eleitoral para prevenir a desinformação. Outras forças políticas, por sua vez, argumentaram que tais controles limitaram a liberdade de expressão e constituem uma forma de censura.

Por fim, a Missão saúda a implementação de inovações normativas e operacionais em consonância com as recomendações emitidas em MOEs anteriores da OEA. Destaca-se o aumento do registro de dados biométricos para 89% — 15 pontos percentuais a mais do que nas eleições gerais de 2022 e 7 pontos percentuais a mais do que nas eleições municipais de 2024. Também se destaca a ampliação dos serviços eletrônicos disponíveis por meio da plataforma “Autoatendimento” e do aplicativo móvel e-Título. Em relação à urna eletrônica, a Missão ressalta a participação de um número sem precedentes de pesquisadores, acadêmicos e especialistas durante o período de avaliação denominado “Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais”⁸, bem como a divulgação oportuna dos relatórios dos testes das urnas em votações paralelas no dia da eleição, denominados “Teste de Integridade”⁹.

A MOE/OEA também destaca positivamente que, nessas eleições, as Forças Armadas não participaram de atividades de fiscalização e auditoria junto ao órgão eleitoral, como ocorreu nas eleições gerais de 2022. A Missão reconhece o trabalho coordenado entre a Justiça Eleitoral e as forças de segurança pública para distribuir com segurança as urnas eletrônicas às 497.897 seções eleitorais do país, incluindo as áreas mais remotas por via aérea, terrestre e fluvial.

Outros avanços registrados pela Missão incluíram o fortalecimento das regras para assegurar o cumprimento das disposições relativas à destinação de recursos para as campanhas de mulheres, pessoas indígenas e pessoas negras. Ainda no âmbito do financiamento, a MOE/OEA saúda o desenvolvimento do sistema “Conta+JE” como ferramenta única para o registro e a verificação das operações financeiras dos partidos políticos, o que facilita a prestação de contas.

DIA DAS ELEIÇÕES

No dia das eleições, a Missão visitou um total de 831 seções eleitorais¹⁰ em 371 locais de votação no Distrito Federal e em 22 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Além disso, observou-se o dia da eleição em seis cidades no exterior: Miami, Nova York e Washington D.C., nos Estados Unidos da América; Lisboa, em Portugal; Londres, no Reino Unido; e Buenos Aires, na Argentina. Seus membros acompanharam a votação desde a emissão da “zerésima”¹¹ até o encerramento das urnas, bem como a transmissão e a divulgação dos resultados.

A Missão observou a verificação da autenticidade do software das urnas eletrônicas, a impressão e verificação da “zerésima” em diferentes seções eleitorais, bem como a realização dos testes de

⁸ Tribunal Superior Eleitoral. Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais <https://www.tse.jus.br/eleicoes/tpu>

⁹ Tribunal Superior Eleitoral. Teste de Integridade no Dia da Eleição.

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Agosto/como-funciona-o-teste-de-integridade-a-prova-dos-nove-da-urna-eletronica>

¹⁰ As seções eleitorais referem-se às mesas de votação.

¹¹ Comprovante emitido pela urna eletrônica antes do início da votação, indicando que todas as candidaturas têm zero votos registrados.

integridade. Além disso, seus observadores estiveram presentes na Zona Eleitoral do Exterior do TRE-DF, no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICC), na Sala de Atendimento a Riscos Eleitorais, na Assessoria de Gestão Eleitoral, no Centro de Divulgação Eleitoral e na Sala de Totalização do TSE.

De modo geral, o dia da votação transcorreu normalmente, embora, desde as primeiras horas, tenham sido registrados alertas de risco elevado de tempestades e chuvas em algumas localidades, o que ocasionou interrupções no fornecimento de energia elétrica em municípios do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A Missão pôde observar a resposta institucional à situação climática e os trabalhos de coordenação entre a Sala Nacional de Situação Climática do TSE, os TREs e as autoridades nacionais responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica. Ademais, constatou-se que, nesses locais, foi possível utilizar as baterias das urnas eletrônicas sem impacto na votação, até que o fornecimento fosse restabelecido.

Outrossim, destaca-se que, nas seções observadas, os mesários e demais funcionários eleitorais possuíam conhecimento suficiente sobre suas funções. Também se observou uma presença limitada de fiscais de partidos ao longo do dia.

Registrou-se um fluxo constante de eleitores e, em diversos locais de votação em todo o país, formaram-se longas filas, atribuídas ao aumento do número de eleitores em algumas seções eleitorais, ao tempo necessário para o exercício do voto e a atrasos no reconhecimento biométrico das impressões digitais. Também foram observadas longas filas em Lisboa, Buenos Aires, Nova York e Londres.

Os membros da Missão constataram que todos os locais de votação observados, tanto no território nacional quanto no exterior, dispunham, em sua maioria, dos materiais indispensáveis à realização da votação e garantiam o sigilo do voto. Além disso, constatou-se a aplicação adequada das normas de atendimento prioritário a idosos e pessoas com deficiência. Também foi observada propaganda eleitoral nas imediações de alguns locais de votação.

Às 18h, o TSE informou que um total de 1.861 urnas eletrônicas foram substituídas por diversos motivos, todas no território nacional, o que representou 0,34% do total de urnas instaladas¹². Nenhuma seção eleitoral precisou recorrer à votação manual no país¹³.

Ao final do dia, a Polícia Federal informou que foram abertos 112 inquéritos por crimes eleitorais, dos quais 59% se referiram à propaganda ilegal. O Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública (SINESP) informou que, para o dia das eleições, foram mobilizados 320.667 membros das forças de segurança. Esse contingente contou com o apoio de um dispositivo logístico composto por 34.635 meios operacionais, incluindo 34.275 veículos terrestres, 239 embarcações e 121 aeronaves.

Em média, as seções eleitorais observadas encerraram seus trabalhos por volta das 17h18. Nessa etapa, observou-se que, na maioria das seções, uma cópia do boletim de urna foi colocada em local visível para consulta.

¹² Tribunal Superior Eleitoral. *Relatório de Ocorrências de Urnas Substituídas e Votação Manual*. (2026, 4 de outubro).

¹³ Ibid.

A Missão observou que, aproximadamente às 17h30, o TSE divulgou os primeiros resultados em seu site oficial. O recebimento dos boletins de urna ocorreu de forma contínua e ininterrupta. No entanto, às 19h06, o portal de divulgação (dos resultados da eleição presidencial) deixou de ser atualizado quando o painel de controle (*dashboard*) registrava 64,81% das atas apuradas. É muito importante ressaltar que o sistema de apuração continuou funcionando sem contratempos. De tal maneira, os sistemas de apuração e divulgação são separados, estabelecendo uma medida de segurança e boa prática. O portal voltou a ser atualizado de forma constante até atingir 100% da apuração às 02h58 do dia 5 de outubro de 2026. Os engenheiros especialistas da Missão que testemunharam a divulgação dos resultados puderam observar que esse exercício não comprometeu o processo de totalização dos votos, que manteve um funcionamento contínuo e permanente.

Em coletiva de imprensa às 21h do dia 4 de outubro de 2026, o TSE informou à população que o atraso na atualização do portal de divulgação se deveu a um congestionamento causado por um fluxo de dados superior ao habitual, cuja resolução exigiu o isolamento e a reconexão dos sistemas por meio de protocolos de segurança.

De acordo com os resultados divulgados, a participação eleitoral foi de 78,92%, ligeiramente inferior aos 79,05% registrados no primeiro turno das eleições gerais de 2022¹⁴. Por sua vez, como nenhuma das candidaturas presidenciais ultrapassou 50% dos votos, as chapas de Flávio Bolsonaro e Alfredo Gaspar (47,03% dos votos válidos) e de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin (45,16%, mesmo indicador) avançaram para o segundo turno da eleição presidencial, previsto para 25 de outubro de 2026. No momento da elaboração deste relatório, constava que também será realizado um segundo turno para a eleição dos governadores no Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Tocantins e no Distrito Federal. Os resultados divulgados foram consistentes com as informações coletadas pelos observadores da Missão da OEA no local.

A Missão destaca positivamente o fato de a população ter tido acesso aos resultados oficiais de forma rápida e oportuna na própria noite da eleição. A eficiência nos processos de apuração e divulgação do sistema brasileiro de votação eletrônica fortalece a transparência e a confiança nos processos democráticos do país, ao mesmo tempo em que representa um exemplo de excelência eleitoral para a região e para o mundo. Nesse sentido, os brasileiros devem continuar aprimorando e aperfeiçoando seu sistema de votação, mas, acima de tudo, devem preservá-lo e zelar continuamente por sua integridade.

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Levando em conta as observações diretas, as reuniões realizadas com os diversos atores do processo eleitoral e a análise da legislação vigente, a MOE/OEA apresenta a seguir suas conclusões e recomendações voltadas especificamente para contribuir para o segundo turno das eleições presidenciais e estaduais de 25 de outubro. Posteriormente, a Missão publicará um relatório no qual abordará

¹⁴ Tribunal Superior Eleitoral (TSE), “100% das seções apuradas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 1º turno”, 4 de outubro de 2022. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-1o-turno?utm>

conclusões e recomendações estruturais sobre todas as áreas observadas, com o objetivo de aprimorar o sistema eleitoral brasileiro.

I. CAMPANHA E COMUNICAÇÃO DIGITAL

A Missão observou que foi realizado um único debate presidencial televisionado em 23 de agosto de 2026, com a presença de três das seis candidaturas convidadas e sem a participação das duas candidaturas presidenciais com maior intenção de voto e que passaram para o segundo turno¹⁵. Desde 2002, nenhuma eleição presidencial havia contado com menos de três debates no primeiro turno¹⁶. Por outro lado, a MOE/OEA destaca a realização de diversos debates entre candidatos a governador¹⁷, o que fortalece o voto informado em nível subnacional. A Missão considera que o eleitorado se beneficiaria, no segundo turno, com a realização de debates televisionados nos quais os candidatos discutam suas ideias e propostas programáticas.

No caso da campanha no ambiente digital, a MOE/OEA observou a ausência de critérios jurídicos harmonizados na Justiça Eleitoral sobre o uso da imagem real ou gerada por inteligência artificial de pessoas proibidas de participar da política, tanto na propaganda digital quanto na física¹⁸. Algumas plataformas de redes sociais também sinalizaram¹⁹ que a normativa que estabelece o período de silêncio determinado para publicações com uso de inteligência artificial²⁰ obrigou a remover conteúdo informativo. A Missão tomou nota de que a campanha de uma candidatura presidencial foi suspensa por não informar sobre alterações em suas contas nas redes sociais²¹.

Algumas candidaturas também relataram à Missão que as restrições impostas às plataformas de redes sociais quanto ao uso de sistemas algorítmicos para recomendar contas de candidaturas e partidos durante a campanha dificultaram o crescimento orgânico de seus perfis²². Diante dessas limitações, foi necessário recorrer à propaganda eleitoral paga para ampliar o alcance e impulsionar suas contas.

A Missão também registrou a preocupação de organizações políticas e da sociedade civil com ações do governo que, em sua opinião, poderiam ter afetado a equidade na disputa eleitoral, em particular no que

¹⁵ Aires, E. (2026, 26 de agosto). Perdeu o debate? Saiba em 8 pontos como foi o confronto entre Caiado, Renan Santos e Augusto Cury. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/perdeu-o-debate-saiba-em-8-pontos-como-foi-o-confronto-entre-caiado-renan-santos-e-augusto-cury.shtml>

¹⁶ Lisboa, L. (2026, 24 de setembro). A eleição presidencial caminha para ter o menor número de debates desde 1998. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/eleicao-presidencial-caminha-para-ter-menor-numero-de-debates-desde-1998.shtml>

¹⁷ Moreira, L. (2026, 29 de setembro). Candidatos aos governos estaduais realizam debates a cinco dias das eleições. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/candidatos-aos-governos-estaduais-fazem-debates-a-cinco-dias-das-eleicoes/>

¹⁸ Tribunal Superior Eleitoral. Representação nº 0601315-97.2026.6.00.0000. (1º de setembro de 2026). Ver também Tribunal Superior Eleitoral. *TSE define tese sobre deepfake e estabelece regras para as Eleições de 2026*. 1º de setembro de 2026.

¹⁹ Teixeira, P. (2026, 4 de outubro). Meta afirma que veto do TSE à imagem gerada por IA derrubou postagens de ministros e militantes. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/meta-diz-que-veto-do-tse-a-imagem-de-ia-derrubou-posts-de-ministros-e-militantes.shtml>

²⁰ Tribunal Superior Eleitoral. Resolução 23.755. (2 de março de 2026).

²¹ Tribunal Superior Eleitoral. RCand 0601415-52.2026.6.00.0000 (30 de agosto de 2026).

²² A Resolução TSE 23.732, de 27 de fevereiro de 2024, que alterou a Resolução 23.610/2019, introduziu o artigo 28, segundo o qual as plataformas que utilizam sistemas de recomendação devem excluir desses sistemas os canais e perfis que as candidaturas, partidos, federações e coalizões informam à Justiça Eleitoral, juntamente com seus conteúdos. A única exceção é a promoção paga lícita. A medida foi aplicada pela primeira vez nas eleições municipais de 2024 e se mantém em 2026 com algumas modificações aprovadas pela Resolução 23.755/2026, que estabelece que os perfis pré-existent não informados no registro só podem ser utilizados 48 horas após o registro. Tribunal Superior Eleitoral (18 de dezembro de 2019). Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.610. (18 de dezembro de 2019).

diz respeito a anúncios sobre alguns programas sociais²³, cuja atualização ou renovação foi determinada nos dias que antecederam o dia da votação, e a subsídios aos combustíveis²⁴. Sobre o primeiro tema, em 18 de setembro de 2026, um ministro do STF aprovou o reajuste do programa Bolsa Família decretado pelo Governo Federal, ao considerar que se tratava de uma recomposição inflacionária e que não infringia a legislação eleitoral²⁵.

A MOE/OEA tomou conhecimento de que, em 23 de setembro, a coalizão “Brasil Pronto Pra Mais”, que apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, solicitou à Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral a instauração de um inquérito judicial contra a chapa de Flavio Bolsonaro por uma suposta infraestrutura de intervenção externa no processo eleitoral brasileiro²⁶. Da mesma forma, em 28 de setembro de 2026, o candidato Flavio Bolsonaro apresentou à mesma Corregedoria-Geral um pedido de ação de investigação judicial eleitoral contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin por suposto abuso de poder e autoridade política²⁷.

Por outro lado, alguns atores políticos e da sociedade civil expressaram à Missão sua preocupação com as manifestações e ações de atores internacionais sobre o processo eleitoral no Brasil, que poderiam ter impactado de alguma forma a campanha. A esse respeito, o Ministro-Presidente do TSE, Nunes Marques, afirmou na coletiva de imprensa ao final do dia eleitoral que “não foram constatados fatos que indicassem interferência estrangeira no processo eleitoral brasileiro”²⁸.

Assim como já foi observado pelas MOEs da OEA em outras ocasiões, verifica-se uma tendência cada vez mais frequente de chefes de Estado fazerem declarações públicas sobre processos eleitorais em andamento em outros países do continente. A MOE/OEA observou que as eleições no Brasil não ficaram isentas desse ativismo político internacional e, inclusive, que, neste caso específico, esse ativismo chegou ao extremo de se proferirem insultos contra uma das candidaturas.

II. ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

No território nacional, a preparação e o transporte do material eleitoral ocorreram conforme o planejado, salvo algumas mudanças de locais de votação por motivos climáticos no Paraná e no Rio Grande do Sul. Essas mudanças se somaram aos 349 locais de votação que foram realocados nas semanas anteriores à eleição devido a condições de acessibilidade, infraestrutura ou segurança²⁹.

²³ Prensa Latina. (18 de setembro de 2026). Juiz brasileiro aprova reajuste do Bolsa Família em ano eleitoral. <https://www.prensa-latina.cu/2026/09/18/magistrado-brasileiro-avala-reajuste-de-bolsa-familia-en-ano-electoral/> Shuster, H., Gutierrez, F., & Tomazelli, I. (26 de setembro de 2026). Lula lança o Desenrola 3.0 e destinará até R\$ 15 bilhões para comprar dívidas. *Folha de S.Paulo*, pp. A1, A22.

²⁴ Yano, C., Governo (2026, 26 de setembro). Lula prorroga subsídio ao diesel até o dia seguinte ao segundo turno.

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/governo-prorroga-subsidio-diesel/>

²⁵ Mandado de injunção 7.300 Distrito Federal. <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15390571217&ext=.pdf>

²⁶ Ação de investigação judicial eleitoral número: 0602222-72.2026.6.00.0000.

²⁷ Com base nos artigos 19 e seguintes da Lei Complementar 64/90.

²⁸ Tribunal Superior Eleitoral (TSE), “Presidente do TSE conclui 1º turno das Eleições de 2026 e projeta a mesma tranquilidade para a segunda fase da votação”, 4 de outubro de 2026. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-conclui-1o-turno-das-eleicoes-2026-e-projeta-mesma-tranquilidade-para-segunda-fase-do-pleito>

²⁹ Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). *TRE-RJ altera 277 locais de votação para as Eleições de 2026*. (15 de agosto de 2025). https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Agosto/tre-rj-altera-268-locais-de-votacao-para-as-eleicoes-2026?utm_source

No que diz respeito à capacitação, a Missão foi informada pelo TSE de que todos os 2.237.836 mesários receberam treinamento, tanto presencial quanto virtualmente. Por sua vez, os eleitores e eleitoras tiveram à disposição um conjunto de aplicativos móveis e ferramentas da web para acessar informações e utilizar serviços de autoatendimento. Destacam-se um Simulador de Votação para capacitação dos cidadãos, a plataforma Pardal para denúncias de irregularidades e o E-Título para consultar o local de votação.

Para o voto no exterior, foram enviadas 1.425 urnas para 165 cidades em 101 países. A MOE/OEA foi informada de que a votação seria realizada por meio de cédula eleitoral nas 28 seções eleitorais que votariam manualmente por contarem com menos de 100 eleitores³⁰.

III. TECNOLOGIA ELEITORAL

Devido às suas dimensões geográficas e demográficas, as eleições brasileiras representam uma das maiores operações tecnológicas do mundo. A Missão tomou conhecimento de que, para essas eleições, o TSE manteve os mesmos quatro modelos de urna eletrônica utilizados nas eleições municipais de 2024, sem introduzir um novo modelo nem modificar o hardware ou o software básico³¹. No total, foram disponibilizadas 563.910 urnas eletrônicas (incluindo a reserva técnica), ou seja, 7.114 urnas (que não estão mais disponíveis) a menos do que as 571.024 disponibilizadas para as eleições de 2024. Isso ocorreu apesar do aumento do tamanho do eleitorado e do número de seções eleitorais, especialmente devido ao voto no exterior. A MOE/OEA tomou conhecimento de que, diante dessa situação, o TSE decidiu aumentar o número de seções agregadas³², o que, por sua vez, ampliou o número de eleitoras e eleitores nessas seções.

Em relação aos processos de auditoria e fiscalização do sistema de votação eletrônica, antes da eleição, a Missão teve a oportunidade de observar no TSE a verificação da autenticidade e integridade de seus sistemas. Na ocasião, foi demonstrado publicamente que a versão do software utilizada na operação correspondia à mesma versão previamente auditada, lacrada e armazenada. Além disso, a MOE/OEA observou o sorteio das urnas eletrônicas para a realização do teste de integridade em vários TRE no sábado, 3 de outubro de 2026. A Missão reconhece os esforços contínuos das autoridades para aumentar a segurança da votação eletrônica.

IV. INSTITUCIONALIDADE

A tomada de decisões monocráticas³³ por parte dos ministros do STF e do TSE no âmbito do processo eleitoral – principalmente em medidas cautelares – levou diversos atores e forças políticas a manifestarem

³⁰ 28 foram previamente estabelecidos e 1 (Moscou) realizou a votação manual por contingência devido ao atraso na chegada da urna eletrônica. Lista das cidades que realizaram a votação manual por meio de cédula: Abidjan, Acra, Ancara, Argel, Bahrein, Bissau, Cidade Guayana, Concepción, Dar es Salaam, Díli, Hanói, Havana, Katmandu, Kiev, Lagos, Mascate, Moscou, Mumbai, Nassau, Paso Los Libres, Port of Spain, Porto Príncipe, Puerto Iguazú, Rio Branco, Sófia, Teerã, Trípoli, Túnis, Windhoek. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Comunicados. *Eleições de 2026: Consulte os centros de votação e as seções para votar no exterior*, 2 de setembro de 2026.

³¹ Justiça Eleitoral. (17 de setembro de 2026). *É falso que as Eleições de 2026 terão novas urnas; a presença de observadores internacionais e a abertura do código-fonte também não são novidade* [Fato ou Boato]. <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/chechagens/2026/e-falso-que-eleicoes-2026-terao-novas-urnas-presenca-de-observadores-internacionais-e-abertura-de-codigo-fonte-tambem-nao-sao-novidade>.

³² Seções que, devido ao seu pequeno tamanho, são integradas a uma seção principal para compartilhar a mesma urna eletrônica.

³³ Decisão proferida individualmente por um juiz ou ministro de um tribunal, sem deliberação do órgão colegiado.

à MOE/OEA sua preocupação com o que consideram ser um ativismo ou um protagonismo judicial que colocou os ministros de ambos os tribunais no centro da campanha eleitoral.

Alguns entrevistados também apontaram que, em diversas ocasiões, isso se deveu ao fato de terem sido as próprias campanhas que levaram suas reclamações de forma seletiva ao STF e ao TSE. Por sua vez, manifestaram que sua maior preocupação era a incerteza e a confusão que essas decisões geraram nos atores do processo eleitoral e na população, já que, em mais de uma ocasião, as interpretações dos ministros sobre os mesmos assuntos se contradiziam ou foram proferidas em dias próximos à eleição. Expressaram, além disso, que essas decisões também puderam afetar a equidade em alguns momentos da disputa, favorecendo uma ou outra candidatura.

Isso ocorreu principalmente no que se refere ao alcance de algumas regulamentações em matéria de desinformação³⁴ e às regras para a realização de debates³⁵, introduzindo distorções no desenrolar natural da campanha e condições de incerteza jurídica para os atores do processo. Opiniões semelhantes foram expressas publicamente pela mídia e por grupos da sociedade civil³⁶.

A esse respeito, a Missão tomou nota de que o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, enviou, em 28 de setembro de 2026, um ofício ao presidente do STF, Edson Fachin, para manifestar sua profunda “preocupação com episódios reiterados de indevida sobreposição de competência e de violação ao juiz natural no âmbito do Supremo Tribunal Federal que vêm impactando diretamente a condução da eleição pelo Tribunal Superior Eleitoral”. Por sua vez, ele afirmou que “a extensão, por via reclamatória e mediante decisão monocrática, dos efeitos de provimento jurisdicional a publicações não identificadas, altera a arquitetura constitucional da jurisdição eleitoral e fragiliza a unidade de comando necessária à condução do processo eleitoral”³⁷.

³⁴ Supremo Tribunal Federal. (2026, 1º de outubro). Reclamação 95.295/PR.

Tribunal Superior Eleitoral. (2026, 30 de setembro). Parecer sobre a Representação nº 0602260-84.2026.6.00.0000/DF. Supremo Tribunal Federal. (2026, 27 de setembro). Reclamação 95.295/PR.

Supremo Tribunal Federal. (2026, 28 de setembro). Reclamação 95.295/PR; Migalhas. (2026, 29 de setembro). Fux revoga decisão de Dino e determina a exclusão de postagens sobre Nossa Senhora. <https://www.migalhas.com.br/quentes/465444/fux-derruba-decisao-de-dino-e-manda-excluir-posts-sobre-nossa-senhora> Consultor Jurídico (ConJur). (2026, 29 de setembro). Fux ordena a suspensão, mais uma vez, de publicações sobre Nossa Senhora Aparecida. <https://conjur.com.br/2026-set-29/fux-suspende-decisao-de-dino-sobre-post-sobre-nossa-senhora-aparecida/>

³⁵ Tribunal Superior Eleitoral. (2026, 1º de outubro). Representação (11541) nº 0602550-02.2026.6.00.0000. Supremo Tribunal Federal. (2026, 1º de outubro). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1358. Atlas Público. (2026, 1º de outubro). Cármen Lúcia não dá provimento à ADPF que solicitava vaga para Renan Santos no debate da Globo. <https://atlaspublico.com.br/stf/noticias/carmen-lucia-nao-conhece-adpf-que-pedia-vaga-para-renan-90432>; Supremo Tribunal Federal. (2026, 1º de outubro). Reclamação 94.666/PR; Revista Oeste. (2026, 1º de outubro). Como Paulinho da Força usou Zeca Dirceu para pedir por Renan no debate. <https://revistaeste.com/no-ponto/como-paulinho-da-forca-usou-zeca-dirceu-para-pedir-por-renan-em-debate/>; Terra. (2026, 1º de outubro). Decisão de Gilmar que impôs Renan Santos no debate aproveitou-se de uma ação antiga no STF. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/decisao-de-gilmar-que-impos-renan-santos-em-debate-pegou-carona-em-acao-antiga-no-stf-c287ed8fc36ea219c155fc5a10595447t0ycin73.html>; Poder360. (2026, 29 de setembro). TSE determina a inclusão de Romeu Zema nos debates eleitorais. <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/tse-determina-a-inclusao-de-romeu-zema-em-debates-eleitorais/>; Poder360. (2026, 1º de outubro). Cármen Lúcia nega recurso para que Renan participe do debate da “Globo”. <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/carmen-lucia-nega-recurso-para-renan-participar-de-debate-da-globo/>

³⁶ Muñoz Ledo, R. (1º de outubro de 2026). Último debate presidencial no Brasil é cancelado após decisões judiciais de última hora que “interferem nas regras”. CNN em Espanhol. <https://cnnespanol.cnn.com/2026/10/01/latinoamerica/brasil-cancelan-ultimo-debate-presidencial-orix/>; G1. (2026, 1º de outubro). Associações de imprensa manifestam “profunda indignação” com a intervenção judicial nas regras do debate da Globo. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/10/01/associacoes-de-imprensa-manifestam-profunda-indignacao-com-intervencao-judicial-em-regras-do-debate-da-globo.ghtml>

³⁷ Ritcher, A. (28 de setembro de 2026). Presidente do TSE reclama de interferência nas decisões do Tribunal. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-09/presidente-do-tse-reclama-de-interferencia-em-decisoes-da-corte>

A MOE/OEA observou, além disso, que, no caso de uma candidatura ao Senado Federal³⁸, foram tomadas decisões monocráticas relativas não apenas à suspensão de sua campanha política³⁹ – embora posteriormente tenha sido tomada uma decisão colegiada –, mas também sobre o registro de sua candidatura. Sobre este último ponto, na noite anterior à eleição, um ministro do TSE negou definitivamente o registro da candidatura titular e de seu suplente, e determinou que os eventuais votos recebidos pela chapa seriam nulos para todos os efeitos⁴⁰. No dia seguinte, poucas horas antes do início da votação, outro ministro do TSE suspendeu os efeitos da decisão monocrática proferida no dia anterior, restabelecendo o registro da candidatura como deferida com recurso e determinando que os votos recebidos fossem contabilizados, sujeitos à decisão definitiva do Plenário do TSE⁴¹.

A Missão considera que, para o segundo turno, é fundamental que os atores do processo tenham a máxima segurança jurídica para conduzir suas campanhas eleitorais.

AGRADECIMENTOS

A Missão agradece às autoridades e aos funcionários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) que possibilitaram o exercício de seu trabalho. Estende, igualmente, seus agradecimentos ao Ministério das Relações Exteriores e às diversas instituições do Estado brasileiro pelo apoio prestado. Esta é a quinta Missão que a OEA mobiliza no território brasileiro e agradece as contribuições financeiras do Canadá, Espanha, Estados Unidos, Itália, França, Peru, Portugal, Suíça e Turquia, que possibilitaram a realização da Missão.

³⁸ Deltan Dallagnol, do Paraná, pelo partido NOVO.

³⁹ Tribunal Superior Eleitoral. Medida cautelar anterior nº 0602022-65.2026.6.00.0000 – classe 12134 – Curitiba – Paraná. (19 de setembro de 2026).

⁴⁰ Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Eleitoral Ordinário nº 0601276-56.2026.6.16.0000 – Classe 11550 – Curitiba – Paraná. (3 de outubro de 2026).

⁴¹ Tribunal Superior Eleitoral. Suspensão de Segurança – Eleitoral (12059) nº 0602620-19.2026.6.00.0000 (pje) – Curitiba – Paraná. (4 de outubro de 2026).



COMUNICADO MISIÓN DE OBSERVACIÓN ELECTORAL BRASIL 2026- OBSERVATORIO DE LA DEMOCRACIA DEL PARLASUR Medio día

El Parlamento del MERCOSUR, a través del Observatorio de la Democracia, saluda al pueblo de la República Federativa del Brasil por el desarrollo de la jornada electoral de este domingo 4 de octubre, en la que 158.745.463 ciudadanas y ciudadanos están habilitados para ejercer su derecho al voto, tanto en territorio brasileño como desde el exterior. De ese total, 918.876 electores se encuentran habilitados para sufragar fuera del país.

La Misión de Observación Electoral (MOE) informa, a partir de lo observado, el normal inicio y desarrollo del acto electoral y la apertura de las mesas receptoras de votos conforme a lo previsto por la Justicia Electoral brasileña, en una jornada de enorme dimensión democrática en la que se llevan adelante las elecciones correspondientes a los distintos niveles de representación nacional y estadual.

Asimismo, expresa que ha obtenido por parte del TSE, debido acceso a la información y conocimiento del sistema. Dicho sistema posee gran confianza de las instituciones de la sociedad civil, instituciones gubernamentales, y partidos políticos con los que nos hemos reunidos.

La MOE reafirma que el respeto a la voluntad popular, expresada de manera libre y soberana en las urnas, constituye un pilar fundamental de la democracia y de la integración de nuestros pueblos.

Seguiremos con especial atención el desarrollo de la jornada electoral, a la espera que el proceso continúe desenvolviéndose con normalidad y pleno respeto a las garantías democráticas, hasta el cierre de la votación y la posterior proclamación de los resultados por parte de las autoridades electorales competentes.



RELATÓRIO PRELIMINAR

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL BRASIL 2026

Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL
Brasília, 4 de outubro de 2026

O Parlamento do MERCOSUL, por meio de seu Observatório da Democracia, saúda o povo da República Federativa do Brasil ao término da jornada eleitoral deste domingo, 4 de outubro, na qual 158.745.463 cidadãs e cidadãos estiveram aptos a exercer seu direito de voto, 918.876 deles no exterior.

A Missão e seu mandato.

Integrada por parlamentares da Argentina e do Uruguai, a Missão desenvolveu seus trabalhos em Brasília entre 30 de setembro e 5 de outubro, com plena independência e em conformidade com a Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional, com o Regulamento do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL e com a Resolução TSE n.º 23.678/2021.

Período pré-eleitoral.

A Missão manteve reuniões com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Kassio Nunes Marques, e com o Ministro José Antonio Dias Toffoli; com a Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha; com a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL; com Celso Amorim, Assessor Especial da Presidência da República; com Marcelo Costa, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência; com a Universidade de Brasília; com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); com a organização Transparência Eleitoral; com a organização Artigo 19; com o IDECON (Instituto de Estudos Jurídicos e Diálogos Constitucionais); com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); e com partidos políticos e candidaturas aos quais encaminhou solicitações de reunião. Participou, ademais, dos painéis técnicos do programa do Tribunal Superior Eleitoral sobre tecnologia eleitoral e sistema eletrônico de votação, voto no exterior, logística e segurança eleitoral, desinformação e inteligência artificial, e inclusão e acessibilidade.

(+598) 2410 9797
Pablo de María 827 - C.P. 11200
Montevideo - Uruguay

www.parlamentomercosur.org/





O sistema eleitoral e a urna eletrônica.

A Missão pôde constatar a solidez técnica do sistema eleitoral brasileiro e, em particular, de seu sistema eletrônico de votação, que conta com três décadas de uso ininterrupto e se consolidou como uma das experiências mais avançadas do mundo em matéria de tecnologia eleitoral. Ao longo dos painéis técnicos do Tribunal Superior Eleitoral e da observação direta nas seções, a Missão verificou seu funcionamento regular e a existência de múltiplas camadas de controle e de verificação prévias e simultâneas à votação, entre elas a emissão da zerésima no início da jornada, que atesta que nenhuma candidatura registra votos antes da abertura das mesas, e o Teste de Integridade, realizado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que permite aferir o funcionamento das urnas em condições reais de votação. Ambos os procedimentos são abertos à fiscalização de partidos políticos, organizações da sociedade civil e observadores, o que reforça seu caráter transparente e verificável.

Jornada eleitoral.

No dia da eleição, a Missão realizou uma observação contínua de treze horas e meia no Distrito Federal. Acompanhou a abertura das mesas receptoras e a emissão da zerésima a partir das 7h da manhã; percorreu sete (7) locais de votação no Plano Piloto, em Sobradinho, Sobradinho II e Fercal; acompanhou o Teste de Integridade na Câmara Legislativa do Distrito Federal; presenciou o encerramento da votação e a impressão dos boletins de urna; e acompanhou a totalização dos votos na sede do Tribunal Superior Eleitoral.

O que foi observado.

Nas seções eleitorais observadas pela Missão no Distrito Federal, a abertura realizou-se conforme o previsto pela Justiça Eleitoral brasileira. Verificou-se a emissão das zerésimas, constatando-se que nenhuma candidatura registrava votos antes do início da votação. Os mesários, os coordenadores dos locais e os fiscais dos partidos políticos encontravam-se devidamente identificados e presentes. A votação transcorreu com normalidade, e os atrasos registrados durante a manhã foram pontuais e não impediram nenhuma pessoa de exercer seu direito de voto. A Missão obteve do Tribunal Superior Eleitoral o acesso e as informações necessários ao cumprimento de seu mandato.



A validação dos dados como garantia da vontade popular.

A Missão destaca que a confiabilidade do sistema não se esgota na tecnologia do voto, mas se completa com a validação rigorosa dos dados e a rastreabilidade de todo o processo de apuração. Ao encerramento da votação, cada urna emite seu boletim de urna impresso, um registro físico e público dos votos recebidos por cada candidatura naquela seção, que permite a fiscais, partidos e cidadãos confrontar de maneira independente os resultados divulgados com os obtidos em cada mesa. A Missão acompanhou a totalização na sede do Tribunal Superior Eleitoral e constatou que os resultados são consolidados a partir da agregação desses boletins, segundo o seguinte percurso:

- Ponto de transmissão (cartório eleitoral ou ponto externo), onde se lê a Mídia de Resultado por meio do Sistema Transportador ou do JE-Connect.
- Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado, cujo data center recebe o arquivo e verifica a assinatura digital e a correspondência da urna.
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, que realiza nova verificação de autenticidade e incorpora os dados ao Sistot para a totalização centralizada.

O Sistot (Sistema de Gerenciamento da Totalização), ao qual a Missão pôde ter acesso, é o sistema da Justiça Eleitoral brasileira que, após a verificação da assinatura digital e a decifração do Boletim de Urna, submete os dados a controles de estrutura e consistência e os incorpora à totalização dos votos, realizada de forma centralizada pelo TSE em Brasília.



Resultados.

Conforme os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral no momento deste comunicado:

Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral	4/10/2026 · 21h35
Seções totalizadas	496.506 de 499.248 (99,45%)
Comparecimento	124.593.256 eleitoras e eleitores
Participação	78,93%
Abstenção	21,07%
Votos válidos	118.650.783
Votos em branco	2.291.448 (1,84%)
Votos nulos	3.651.025 (2,93%)

A participação registrada mantém-se em linha com a das eleições gerais de 2018 e 2022, o que evidencia um comportamento eleitoral estável.

O Tribunal Superior Eleitoral informou que a eleição presidencial ficou matematicamente definida para um segundo turno, previsto para 25 de outubro de 2026. Conforme os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral em sua parcial das 21h30, com 99,37% das seções totalizadas, o senador Flávio Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), obtinha 47,15% dos votos válidos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), 45,01%; ambos disputarão o segundo turno previsto para 25 de outubro de 2026. A Missão recorda que a proclamação dos resultados compete exclusivamente às autoridades eleitorais brasileiras.



Considerações finais.

A Missão destaca a atitude cívica do povo brasileiro, que compareceu às urnas de maneira ordeira e pacífica, e o trabalho das mesárias e dos mesários, dos coordenadores de local e dos servidores da Justiça Eleitoral. Agradece ao Tribunal Superior Eleitoral o convite para observar estas eleições, bem como a abertura e a colaboração de suas autoridades e servidores, e agradece igualmente a todas as instituições, organizações e pessoas que receberam a Missão e com ela compartilharam suas informações e seus pontos de vista.

A Missão reafirma que o respeito à vontade popular, expressa de maneira livre e soberana nas urnas, constitui um pilar fundamental da democracia e da integração de nossos povos.

A Missão desempenhou suas funções com absoluta autonomia e independência em relação às autoridades eleitorais e às autoridades públicas do Estado brasileiro. Continuará coletando e verificando informações durante o período posterior à jornada e apresentará, nos próximos dias, um relatório completo com suas observações e recomendações sobre cada um dos aspectos analisados.

Observatório da Democracia · Parlamento do MERCOSUL



Declaração Preliminar da Missão de Observação Eleitoral (MOE) da Rede dos Órgãos Jurisdicionais e de Administração Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ROJAE-CPLP) às Eleições Gerais no Brasil

4 de outubro de 2026 – 1.º turno

Em resposta ao convite endereçado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em fevereiro de 2026, a ROJAE-CPLP constituiu uma Missão de Observação Eleitoral (MOE) para acompanhar as Eleições Gerais no Brasil, cujo primeiro turno se realizou no dia 4 de outubro.

A MOE da ROJAE-CPLP foi chefiada pela Comissão Nacional de Eleições de Portugal, representada pelo seu Presidente, Juiz Conselheiro João Carlos Pires Trindade, e integrou sete observadores, comissários e técnicos dos órgãos de administração eleitoral de quatro Estados-membros da CPLP: Angola, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

A MOE da ROJAE-CPLP integrou um conjunto mais amplo de 62 observadores provenientes de diferentes países, organismos e organizações internacionais

Os trabalhos da MOE tiveram início formalmente no dia 1 de outubro, com a chegada da quase totalidade dos observadores, e foram concluídos no dia 5 de outubro, com o termo da totalização dos resultados.

Antes disso, os membros dos órgãos de administração eleitoral dos países da CPLP acompanharam a evolução do processo eleitoral ao longo do tempo, quer através das notícias divulgadas, quer mediante a troca de informações e documentação com o TSE, bem como pelo acompanhamento de algumas das suas iniciativas.

Até ao dia da votação, a MOE da ROJAE-CPLP participou no Programa de Convidados Internacionais, organizado pelo TSE. Esta iniciativa proporcionou uma oportunidade de reflexão e debate sobre matérias eleitorais em geral, bem como de obtenção de informações sobre as diversas fases do processo eleitoral brasileiro. Permitiu, igualmente, estabelecer contactos com organismos eleitorais congéneres, favorecendo a troca de experiências e conhecimentos.

No âmbito deste programa, a MOE teve ainda oportunidade de acompanhar as sessões de instrução promovidas pelo TSE, nas quais foram transmitidas as orientações aplicáveis à atividade de observação, nos termos da legislação eleitoral brasileira e das resoluções do TSE, designadamente quanto aos direitos e deveres dos observadores, aos limites da sua atuação nas secções de voto e aos procedimentos a acompanhar em cada fase do processo.

Na véspera da votação, a MOE da ROJAE-CPLP assistiu à cerimónia de verificação da integridade e autenticidade dos sistemas eleitorais instalados no TSE, bem como à emissão da “zerésima” relativa à votação para Presidente e Vice-Presidente da República.

No dia da votação, os 62 observadores foram distribuídos por nove equipes, com vista ao acompanhamento dos procedimentos de votação. A MOE acompanhou a totalidade do procedimento, desde o início da votação até à remessa dos resultados ao centro de processamento de dados do TSE. A observação abrangeu a abertura das seções eleitorais, com a impressão da “zerésima”, o decurso da votação e o encerramento das seções, com a impressão do boletim de urna, posteriormente afixado à porta da respectiva seção de voto.

Foi igualmente acompanhado o procedimento de entrega da “mídia” (*pen drive*) da urna à Justiça Eleitoral e a subsequente transmissão, por via segura, dos respectivos dados ao centro de processamento e totalização do TSE, em Brasília.

Ainda durante a manhã, foi possível observar as operações de execução do Teste Público de Integridade, realizado na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Em algumas das seções eleitorais observadas, verificou-se a presença de fiscais dos principais partidos concorrentes, que acompanharam os procedimentos de verificação da “zerésima” e da selagem das urnas.

Nas seções de voto visitadas pela MOE, foi observado o cumprimento dos procedimentos legais relativos à instalação, à abertura, ao decurso da votação e ao encerramento das seções, não tendo sido registrados quaisquer incidentes.

A MOE da ROJAE-CPLP tomou conhecimento da possibilidade concedida aos eleitores com deficiência ou necessidades especiais de votarem em seções que ofereçam melhores condições de acessibilidade do que aquela em que se encontram inscritos, desde que tal seja requerido dentro do prazo legalmente estabelecido.

Constatou-se, igualmente, que foi dada preferência na votação a esses eleitores e que, sempre que solicitado, lhes foi prestado o auxílio adequado.

Foi também possível observar o exercício do direito de voto por um cidadão deslocado, isto é, por um eleitor que se encontrava fora da área correspondente ao seu registro no cadastro eleitoral, mediante a apresentação atempada do respectivo requerimento.

Nas seções observadas, não foram registradas reclamações relativas a qualquer ato ou procedimento concreto das mesas ou dos eleitores, nem quanto à recolha eletrônica dos votos ou ao processo de apuramento e transmissão dos resultados.

Conclusão

A MOE da ROJAE-CPLP, tendo em conta a observação efetuada pelos seus membros e a informação a que teve acesso através das mais diversas fontes, designadamente outras missões de observação, meios de comunicação social e entidades competentes, considera que as



Eleições Gerais no Brasil, do ponto de vista organizacional, decorreram, de forma geral, em conformidade com os preceitos legais aplicáveis e satisfizeram os requisitos internacionais.

A utilização de meios eletrônicos de votação, nas condições concretas observadas e submetida a um processo de validação publicamente conhecido, revelou-se segura, confiável e expedita. Não suscitou reclamações, nem foram observados procedimentos suscetíveis de pôr em causa a transparência ou a autenticidade da votação e dos seus resultados.

A MOE da ROJAE-CPLP sublinha, por fim, a forma pacífica e ordeira como decorreram as operações eleitorais, bem como a observância generalizada dos procedimentos legais. Por esse facto, felicita o povo brasileiro e, em especial, as autoridades, instituições e cidadãos que participaram e contribuíram para o regular desenvolvimento do processo eleitoral, agradecendo ao TSE o convite formulado e todo o apoio prestado à Missão.

1.6 Carter Center - Comunicado de Imprensa

Missão de especialistas eleitorais do Carter Center retornará ao Brasil para o segundo turno presidencial de 25 de outubro

ATLANTA (6 de outubro de 2026) — A missão de especialistas eleitorais do Carter Center cumprimenta o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela administração bem-sucedida das eleições gerais realizadas em 4 de outubro.

A participação eleitoral foi de 79.8% no primeiro turno das eleições. Mais de 125 milhões de brasileiros votaram em mais de 499 mil seções eleitorais no dia da eleição.

“O Carter Center, assim como observadores independentes nacionais e internacionais, parabেনiza as autoridades eleitorais brasileiras por uma eleição geral bem-organizada e transparente. Ficamos contentes em ver que todos os partidos políticos aceitaram os resultados, e agora voltamos nossas atenções para o segundo turno em 25 de outubro”, afirmou Jennie Lincoln, assessora sênior do Carter Center para a América Latina e o Caribe e Chefe da missão.

O Carter Center atua como observador independente, e suas conclusões finais serão divulgadas publicamente após o encerramento do processo eleitoral. No início deste ano, o Carter Center recebeu um convite do TSE para enviar uma missão eleitoral às eleições gerais. A missão de especialistas, composta por quatro integrantes da Alemanha, de Portugal e dos Estados Unidos, além de funcionários do Carter Center, tem como foco o marco legal que rege as eleições, o uso da tecnologia de votação e a educação eleitoral.

A missão do Carter Center visitou locais de votação no Distrito Federal no dia da eleição. Em razão do seu foco em temas específicos, a missão não avaliará a condução da votação e nem realizará uma avaliação abrangente do processo eleitoral como um todo.

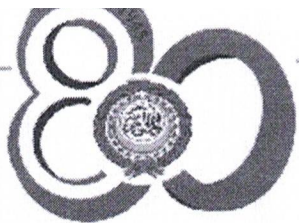
As observações iniciais incluem:

- O ambiente eleitoral digital foi moldado pelas resoluções do TSE e por acordos formais com as principais plataformas tecnológicas em torno do uso de inteligência artificial, da desinformação sobre as eleições e da violência contra a mulher.
- O investimento contínuo do Brasil em seu sistema de tecnologia de votação resultou em uma experiência de voto robusta e inclusiva, com resultados divulgados poucas horas depois do encerramento da votação.
- A comunicação pública do TSE incentivou o eleitorado a votar e ofereceu ampla informação sobre como participar, tanto pela mídia tradicional quanto pelas redes sociais.

Os partidos políticos agora se preparam para o segundo turno presidencial e de governadores no dia 25 de outubro. O Carter Center dará continuidade ao seu trabalho no período entre os dois turnos e estará novamente presente no segundo turno. Após a conclusão do processo eleitoral, o Carter Center apresentará suas análises e recomendações em um relatório final.

O Carter Center realiza seu trabalho em conformidade com a legislação brasileira e com a Declaração de Princípios para a Observação Internacional de Eleições e o Código de Conduta para Observadores Internacionais de Eleições, adotados nas Nações Unidas em 2005.

O Carter Center já realizou 128 missões de observação eleitoral em 40 países e três nações indígenas norte-americanas. Além disso, foram realizadas 20 missões de especialistas em 17 países, incluindo a eleição presidencial de 2022 no Brasil.



LIGA DOS ESTADOS ÁRABES
Missão no Brasil

Número: **752/07/2026**

Data: **06/10/2026**

MISSÃO DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

A Missão da Liga dos Estados Árabes na República Federativa do Brasil apresenta os seus cumprimentos a Sua Excelência o Senhor Ministro Nunes Marques, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e tem a honra de encaminhar, em anexo, a Declaração Introdutória da Missão da Liga dos Estados Árabes para Observação das Eleições Gerais na República Federativa do Brasil de 2026.

A Missão aproveita esta oportunidade para expressar seu agradecimento a Sua Excelência e ao Tribunal Superior Eleitoral pela cooperação e pelas facilidades oferecidas durante o desempenho de suas funções.

A Missão da Liga dos Estados Árabes aproveita esta oportunidade para renovar a Sua Excelência o Senhor Ministro Nunes Marques e ao Tribunal Superior Eleitoral os protestos de sua mais alta consideração.

Ao

Sua Excelência o Senhor Ministro Nunes Marques
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE





Uma tradução não oficial

Declaração introdutória

A missão da Liga dos Estados Árabes para observar as eleições gerais na República Federativa do Brasil.

No âmbito das relações de cooperação existentes entre a Liga dos Estados Árabes e a República Federativa do Brasil, e em resposta ao convite dirigido a Sua Excelência o Sr. Nabil Fahmy, Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, por Sua Excelência o Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, para enviar uma missão da Liga dos Estados Árabes para observar as eleições gerais na República Federativa do Brasil em 2026, Sua Excelência o Secretário-Geral determinou o envio de uma missão chefiada pelo Embaixador Ibrahim Al-Zaben, Chefe da Missão da Liga dos Estados Árabes em Brasília, para observar este importante evento eleitoral.

A missão realizou reuniões com diversos órgãos e instituições ligados ao processo eleitoral, onde analisou o quadro jurídico e institucional que regula as eleições e ouviu as opiniões de várias partes interessadas, o que lhe permitiu formar uma percepção inicial do ambiente geral em que o processo eleitoral decorreu.

No dia da eleição, a missão monitorou os procedimentos de abertura das seções eleitorais, a preparação das sedes, a presença dos fiscais do processo, os procedimentos de recepção dos eleitores e verificação de seus dados, bem como o processo de votação e o fechamento das seções, em diversas áreas da capital, Brasília. A missão também monitorou os procedimentos de apuração eletrônica dos votos e os mecanismos de transferência e divulgação dos resultados em diversos cartórios.

Com base no que observou nos centros e escritórios que visitou (3 escritórios de abertura, 19 seções eleitorais e 3 escritórios de encerramento), a missão indica que o processo de votação ocorreu de forma calma, organizada e disciplinada, destacando o empenho dos responsáveis pela gestão das seções eleitorais no cumprimento dos procedimentos e normas que regulamentam o processo eleitoral, bem como na disponibilização das instalações necessárias para que os eleitores exercessem o seu direito de voto.



A missão acompanhou também, em particular, o uso do sistema de votação eletrônica, por ser uma das características mais marcantes do processo eleitoral no Brasil, e observou que a utilização do sistema eletrônico permitiu procedimentos de votação tranquilos, com os funcionários das seções eleitorais fornecendo a orientação necessária aos eleitores quando solicitado.

Nesse contexto, a missão observou que os procedimentos adotados nos centros de votação permitem ao eleitor exercer seu direito de forma organizada, respeitando o sigilo do voto. Constatou-se também a existência de mecanismos para facilitar a participação de grupos que possam necessitar de assistência ou instalações especiais, dentro dos limites do que foi observado em campo.

A missão confirma que estas observações são preliminares e não representam uma avaliação final e abrangente de todo o processo eleitoral, uma vez que se limitam aos locais de votação que a missão conseguiu monitorar em campo. A missão dará continuidade aos seus trabalhos, preparando o relatório final para depois do término do processo eleitoral, o qual incluirá as observações e recomendações que a missão julgar pertinentes.

Nesse contexto, a missão da Liga dos Estados Árabes expressa seu agradecimento às autoridades brasileiras competentes, em especial ao Supremo Tribunal Eleitoral, pela cooperação e pelas facilidades disponibilizadas que permitiram o desempenho de suas funções. Agradece também a cooperação demonstrada pelos diversos órgãos e partes com quem se reuniu durante a missão.

Em conclusão, a missão da Liga dos Estados Árabes afirma seu pleno respeito pela vontade do povo brasileiro e suas escolhas democráticas, e seu empenho em garantir que sua missão contribua para o fortalecimento do intercâmbio de experiências no campo eleitoral, de forma a consolidar os laços de cooperação entre a Liga dos Estados Árabes e a República Federativa do Brasil.



البيان التمهيدي

لبعثة جامعة الدول العربية لملاحظة الانتخابات العامة في جمهورية البرازيل الاتحادية

في إطار علاقات التعاون القائمة بين جامعة الدول العربية وجمهورية البرازيل الاتحادية، واستجابةً للدعوة الموجهة التي تلقاها معالي السيد نبيل فهمي - الأمين العام لجامعة الدول العربية من معالي السيد ماورو فييرا - وزير خارجية جمهورية البرازيل الاتحادية، لإيفاد بعثة من جامعة الدول العربية لمراقبة الانتخابات العامة في جمهورية البرازيل الاتحادية لعام 2026، فقد وجه معالي الأمين العام بإيفاد بعثة برئاسة السيد السفير إبراهيم الزبن - رئيس بعثة الجامعة العربية في برازيليا لمراقبة هذا الاستحقاق الانتخابي الهام.

عقدت البعثة لقاءات مع عدد من الجهات والمؤسسات المعنية بالعملية الانتخابية، حيث جرى الاطلاع على الإطار القانوني والمؤسسي المنظم للانتخابات، والاستماع إلى وجهات نظر عدد من الأطراف ذات الصلة، بما مكنها من تكوين تصور أولي حول البيئة العامة التي جرت في إطارها العملية الانتخابية.

وفي يوم الاقتراع، قامت البعثة بمتابعة إجراءات افتتاح مراكز الاقتراع، وتجهيز المقار، وحضور المشرفين على العملية، وإجراءات استقبال الناخبين والتحقق من بياناتهم، فضلاً عن عملية التصويت وإغلاق مراكز الاقتراع، في عدة مناطق بالعاصمة برازيليا، وتابعت البعثة أيضاً إجراءات احتساب الأصوات إلكترونياً وآليات نقل النتائج وإعلانها في عدة مكاتب.

وتشير البعثة، استناداً إلى ما رصدته في المراكز والمكاتب التي قامت بزيارتها (3 مكاتب افتتاح و19 مكتب اقتراع و3 مكاتب إغلاق)، إلى أن عملية التصويت جرت بصورة اتسمت بالهدوء والتنظيم والانضباط، مع ملاحظة التزام القائمين على إدارة مراكز الاقتراع بالإجراءات والقواعد المنظمة للعملية الانتخابية، وتوفير التسهيلات اللازمة للناخبين لممارسة حقهم في التصويت.



كما تابعت البعثة بصورة خاصة استخدام نظام التصويت الإلكتروني، باعتباره أحد أبرز سمات العملية الانتخابية في البرازيل، ولاحظت أن استخدام النظام الإلكتروني أتاح انسيابية في إجراءات التصويت، مع قيام العاملين في مراكز الاقتراع بتقديم الإرشادات اللازمة للناخبين عند الحاجة.

وفي هذا السياق، لاحظت البعثة أن الإجراءات المعتمدة داخل مراكز الاقتراع تتيح للناخب ممارسة حقه بصورة منظمة، مع مراعاة سرية التصويت، كما رصدت وجود ترتيبات لتيسير مشاركة الفئات التي قد تحتاج إلى مساعدة أو تسهيلات خاصة، وذلك في حدود ما تمت ملاحظته ميدانياً.

وتؤكد البعثة أن هذه الملاحظات أولية ولا تمثل تقييماً نهائياً وشاملاً للعملية الانتخابية برمتها، إذ تقتصر على المراكز والمكاتب التي تمكنت البعثة من متابعتها ميدانياً، وستواصل البعثة مهمتها، تمهيداً لإعداد تقريرها النهائي بعد انتهاء العملية الانتخابية، والذي سيتضمن الملاحظات والتوصيات التي تراها البعثة مناسبة.

وفي هذا الإطار، تعرب بعثة جامعة الدول العربية عن تقديرها للجهات البرازيلية المختصة، وفي مقدمتها المحكمة العليا للانتخابات، لما أبدته من تعاون وتسهيلات بما مكّن البعثة من أداء مهامها، كما تقدر التعاون الذي أبدته مختلف الجهات والأطراف التي التقت بها خلال فترة مهمتها.

وفي الختام، تؤكد بعثة جامعة الدول العربية احترامها الكامل لإرادة الشعب البرازيلي وخياراته الديمقراطية، وحرصها على أن تسهم مهمتها في تعزيز تبادل الخبرات والتجارب في المجال الانتخابي، بما يدعم أواصر التعاون بين جامعة الدول العربية وجمهورية البرازيل الاتحادية.



TE Brasil mobiliza observação eleitoral em 56 cidades do país e acompanha abertura das urnas neste domingo

Missão reúne voluntários e voluntárias capacitados em 16 estados, além de frentes de observação em nove países; primeiro balanço aponta normalidade na abertura das seções e registra ocorrências pontuais já solucionadas

Brasília, 4 de outubro de 2026 – **A Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil)** acompanha, desde as primeiras horas deste domingo, a realização das **Eleições Gerais de 2026** com uma operação distribuída por todas as regiões do país e também no exterior.

Para este pleito, a organização conta com voluntários e voluntárias capacitados em 56 cidades de 16 estados, além de frentes de observação em nove países. Em campo, 99 observadores e observadoras credenciados acompanham diretamente o funcionamento das seções eleitorais, a abertura das urnas, o fluxo de votação e eventuais ocorrências que possam afetar a normalidade do processo.

Ao longo do dia, as informações coletadas pelas equipes são verificadas e consolidadas para a divulgação de comunicados públicos e, posteriormente, para a elaboração do relatório parcial da Missão de Observação Eleitoral (MOE) 2026.

A TE Brasil também mantém uma base presencial para atendimento à imprensa em Brasília, no Edifício Le Quartier, SHN Quadra 01, Bloco A, Sala 621, Brasília – DF, com equipe disponível até as 17h.

Neste primeiro comunicado, que reúne informações coletadas entre a abertura das mesas eleitorais, às 8h e às 9h30, a TE Brasil apresenta os principais achados observados no início da votação.

Até o momento, o processo eleitoral transcorre com normalidade, com alta presença do eleitorado e registros de poluição de vias públicas por materiais de campanha em diferentes localidades.

Confira na página a seguir o primeiro comunicado técnico da Missão de Observação Eleitoral Nacional para Eleições Gerais de 2026.

Base em Brasília: Edifício Le Quartier, SHN Quadra 01, Bloco A, Sala 621, Brasília - DF

Atendimento presencial: domingo (04/10), das 09h às 17h

E-mails: observacao.eleitoral@transparenciaeleitoral.com.br /

acsantano@transparenciaeleitoral.com.br

WhatsApp: +55 (41) 99851-6999

Informações à Imprensa: Equipe de Comunicação da MOE 2026

observacao.eleitoral@transparenciaeleitoral.com.br



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL
MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NACIONAL
ELEIÇÕES GERAIS DE 2026

PRIMEIRO COMUNICADO DE IMPRENSA – ABERTURA DAS MESAS DE VOTAÇÃO

As eleições gerais de 2026 vêm se realizando em um quadro diverso. O processo eleitoral tem transcorrido com normalidade até o momento, com alta presença do eleitorado e incidências de poluição de vias públicas com material de campanha em diferentes localidades.

A TE Brasil segue acompanhando o processo eleitoral de 2026 com 99 observadores credenciados em terreno, presentes em 16 estados e no Distrito Federal, além de observação em seções no exterior.¹ Nossas equipes estão, neste exato momento, acompanhando seções eleitorais e enviando informações, que serão comunicadas ao público ao longo do dia de votação, bem como serão analisadas e processadas para a sua divulgação completa no relatório parcial.

É por ter consciência do papel primordial da sociedade civil neste contexto desafiador que a TE Brasil emite comunicados diretos, sendo este o primeiro boletim do dia. Os demais serão divulgados no turno da tarde.

Todas as informações contidas nesse comunicado – assim como em todos os demais que serão divulgados – foram confirmadas e se baseiam em metodologia estabelecida para a MOE 2026, de acordo com os princípios globais da observação eleitoral estabelecidos pela Global Network of Domestic Electoral Monitors (GNDEM) e pela Red de Observación e Integridad Electoral (RedOie). A TE Brasil, como representante brasileira dessas duas entidades, preza pelo alto nível de qualidade na coleta de dados e na verificação de resultados, para possibilitar um monitoramento imparcial, neutro, independente e que não interfira em nenhum aspecto do processo eleitoral.

Quando da abertura das mesas eleitorais, às 8h, até as 9h30, no primeiro recorte de envio de informações, as/os observadoras/es da TE Brasil estavam atentas/os, entre outras, às seguintes circunstâncias:

¹ A lista definitiva de cidade, estados e países observados constará no relatório parcial do 1º turno.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



- Se houve a emissão da zerésima;
- Se todos os/as mesários/as se encontravam presentes;
- Se houve algum impedimento ao trabalho dos/as observadores/as;
- Se o/a eleitor/a tem informação adequada sobre o local da sua mesa de votação;
- Se as cabines de votação estão instaladas em lugares que preservam o sigilo do voto;
- Se há fila para a emissão do voto; e
- Se houve falha técnica da urna eletrônica ou de algum dispositivo relacionado.

Os principais achados, quando da abertura das mesas de votação, foram os seguintes.

- Das mesas observadas, 100% abriram no horário correspondente (até 8h). Em 100% dos casos, foi emitida a zerésima. Foram presenciadas filas com mais de 3 pessoas em 75% das seções observadas, o que sugere um fluxo dinâmico de voto. Não foram verificadas aglomerações de votantes nos centros observados. A presença de mesários/as também foi comprovada, havendo a substituição ou ausência parcial em 24% das mesas observadas.
- Sobre informação do local de votação, em 93% dos casos observados o eleitor ou eleitora demonstra ter informação suficiente sobre onde votar. Foram observadas algumas incidências referentes às urnas instaladas em locais que não preservam integralmente o sigilo dos votos (1%), mas em nenhum caso isso interfere na integridade do voto.
- Os/As observadores/as testemunharam falhas técnicas em 13% das urnas eletrônicas ou dispositivos relacionados. Entre os problemas relatados, destacam-se: bateria da urna sem aceitar carga; teclado do terminal do mesário com falhas de digitação; necessidade de reinicialização da urna para cadastramento de mesários; divergência entre número de eleitores aptos na zerésima e no caderno de votação; e falha na biometria de eleitora, que assinou documento conforme solicitado pela presidente da mesa. Em todos os casos, os problemas foram sanados com o auxílio de funcionários da Justiça Eleitoral, sem necessidade de substituição de componentes.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



- Cinco observadores tiveram problemas no exercício da atividade de observação eleitoral, nos estados do Amazonas, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Todos os casos envolvem funcionários da Justiça Eleitoral ou terceirizados. Em um dos casos, houve intimidação com a presença de um membro da força policial que, ao entender o que ocorria, retirou-se do local. Em todos os casos, após explicação do que era a observação eleitoral, a situação foi solucionada e os/as observadores/as puderam dar continuidade ao trabalho.

Sobre ilícitos eleitorais, as equipes testemunharam diversos derrames de santinhos em vias públicas. Não foram verificados outros casos de ilícitos eleitorais.

Os achados relativos à abertura das mesas de votação confirmam a importância de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido, até o presente momento, pelas/os observadoras/es da TE Brasil e das demais entidades observadoras, que contribuem para a transparência e o fortalecimento do processo eleitoral brasileiro.

Por fim, reforçamos o convite para que as/os eleitoras/es denunciem toda e qualquer situação que possa colocar em risco a normalidade e a regularidade das eleições brasileiras, como compra de voto, desinformação, disparos em massa, falta de acessibilidade nos locais de votação, propaganda eleitoral irregular e violência política.

As denúncias podem ser feitas em <https://vototransparente.com.br/>

Às 14h30, divulgaremos o próximo comunicado.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



TE Brasil registra filas em 79,8% das seções observadas e ocorrências pontuais durante a votação

Segundo comunicado reúne dados de 610 seções no Brasil e no exterior; missão aponta filas, questões de acessibilidade e ocorrências isoladas sem impacto na continuidade geral da votação

Brasília, 4 de outubro de 2026 – A **Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil)** apresenta o segundo comunicado sobre as **Eleições Gerais de 2026**, com base nas informações coletadas por observadores e observadoras no Brasil e no exterior até as 13h50, referentes a 610 seções eleitorais distintas.

Até o período analisado, a votação transcorre de forma geral dentro da normalidade. Entre os principais achados, foram registradas filas com mais de três pessoas em 479 das 610 seções observadas, o equivalente a 79,8% dos registros válidos. Também houve relatos pontuais de espera superior a uma hora em algumas localidades, enquanto, em outros locais, o fluxo foi considerado regular e organizado.

A presença de fiscais partidários foi observada em 290 seções, cerca de 47,6% da amostra. Foram registrados episódios isolados envolvendo fiscais no Rio de Janeiro e no exterior, incluindo ocorrências em Nova York, Boston, Milão e Chicago.

As equipes também identificaram dificuldades pontuais no funcionamento do sistema de votação, como falhas de biometria, reinicialização de urnas e problemas temporários de inicialização. Até o momento, os registros não indicam ocorrência capaz de comprometer a continuidade geral da votação.

Questões de acessibilidade e orientação ao eleitorado também foram observadas, com relatos de seções em andares superiores, rampas inadequadas, pouca sinalização e dificuldades para localizar locais de votação ou obter informações sobre justificativa eleitoral. Também houve registros positivos de apoio prestado por mesários e mesárias.

As informações seguem sendo verificadas e consolidadas para os próximos comunicados e para o relatório parcial da Missão de Observação Eleitoral (MOE) 2026.

Situações que possam comprometer a normalidade e a regularidade das eleições podem ser comunicadas por meio da plataforma Voto Transparente: www.vototransparente.com.br

Confira na página a seguir o segundo comunicado técnico da Missão de Observação Eleitoral Nacional para as Eleições Gerais de 2026. O terceiro e último comunicado da jornada eleitoral deste primeiro turno **será divulgado às 18h30**.

Base em Brasília: Edifício Le Quartier, SHN Quadra 01, Bloco A, Sala 621, Brasília – DF

Atendimento presencial: domingo (04/10), das 9h às 17h

E-mails: observacao.eleitoral@transparenciaeleitoral.com.br / acsantano@transparenciaeleitoral.com.br

WhatsApp: +55 (41) 99851-6999 / **Informações à imprensa:** Equipe de Comunicação da MOE 2026 observacao.eleitoral@transparenciaeleitoral.com.br



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL
MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NACIONAL
1º TURNO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026
SEGUNDO COMUNICADO DE IMPRENSA – ACOMPANHAMENTO DO DIA DE VOTAÇÃO

A Transparência Eleitoral Brasil, subsidiada pelas informações coletadas por sua equipe de observadoras e observadores no Brasil e no exterior, apresenta seu segundo comunicado sobre as eleições gerais de 2026.

Este comunicado considera as informações recebidas até a linha de corte, às 13h50, com a coleta de dados de 610 seções eleitorais distintas. As informações analisadas abrangem seções eleitorais em diferentes regiões do país e locais de votação no exterior, permitindo acompanhar aspectos relacionados ao fluxo de votação, à presença de fiscais partidários, ao atendimento prioritário, ao tempo de votação, à acessibilidade e ao funcionamento dos locais e equipamentos eleitorais.

Filas e tempo de votação

Foram registradas filas com mais de três pessoas em 479 das 610 seções observadas, o equivalente a 79,8% dos registros válidos. Foram relatadas filas expressivas e tempos de espera elevados em centros de votação de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Pará, Bahia e Pernambuco. Há registros de filas superiores a 15 e 30 pessoas em algumas seções, bem como relatos isolados de espera superior a uma hora. Em outros centros, especialmente em momentos diferentes do dia, o fluxo foi descrito como regular, organizado e sem filas relevantes.

Fiscais de partido

Foi registrada a presença de fiscais de partido em 290 das 610 seções observadas, correspondentes a aproximadamente 47,6% do total da amostra. Foram relatados incidentes com fiscais de partido no Rio de Janeiro (no total de 3) e foram testemunhados incidentes entre fiscais e mesários (Nova York, Boston e Milão).

Voto no exterior

Em Milão, foi relatado tumulto entre eleitores, intervenção da polícia local, eleitores utilizando cores associadas a partidos e uma discussão entre apoiadores, separada pelos Carabinieri. Em Chicago, foi presenciada confusão entre eleitores sobre a necessidade de apresentar documento físico com foto, e em Nova York foram





registrados questionamentos sobre a proximidade de fiscais partidários em relação às mesas de votação.

Os dados do exterior indicam realidades distintas entre os locais observados, uma vez que, enquanto alguns apresentaram organização e fluxo regular, outros registraram dúvidas documentais, filas e tensões entre apoiadores.

Funcionamento do Sistema Eletrônico de Votação

Também foram observadas dificuldades pontuais envolvendo biometria, reinicialização de urnas e instabilidades temporárias. No Distrito Federal, houve registro de paralisação temporária de urna, com acionamento da Justiça Eleitoral para regularização. No Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais, foram reportados problemas de reconhecimento biométrico, falhas na inicialização e necessidade de intervenção técnica. Os relatos não indicam, até o momento, ocorrência capaz de comprometer a continuidade geral da votação.

Acessibilidade e informação para a emissão do voto

Foram relatados casos de seções localizadas em andares superiores, dificuldades de circulação, rampas inadequadas ou escorregadias, pouca sinalização sobre elevadores e desafios no atendimento a pessoas idosas, com deficiência, grávidas e lactantes. Os registros partiram, entre outros locais, do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais. Em alguns centros, houve também relatos positivos de apoio oferecido por mesários a eleitoras e eleitores com dificuldades.

Em algumas localidades, os/as observadores/as registraram dificuldades de orientação aos eleitores quanto à localização das seções, mudanças de local de votação e justificativa eleitoral. Os relatos se concentraram em centros observados no Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro e Estados Unidos.

Mais uma vez, reiteramos os agradecimentos a toda a equipe de observadores/as pelo trabalho em prol da transparência e o fortalecimento do processo eleitoral brasileiro e relembramos à sociedade de que toda e qualquer situação que possa colocar em risco a normalidade e a regularidade das eleições pode ser denunciada às autoridades competentes no site <https://vototransparente.com.br/>.

Às 18:30h, divulgaremos o terceiro e último comunicado da jornada eleitoral no primeiro turno.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



TE Brasil acompanha fechamento das seções e aponta encerramento organizado da votação

Terceiro comunicado reúne dados sobre o fechamento das seções no Brasil e no exterior; missão registra impressão do boletim de urna em 95,7% dos casos e ocorrências pontuais sem impacto geral no encerramento

Brasília, 4 de outubro de 2026 – Com o encerramento da votação neste domingo, a **Transparência Eleitoral Brasil** (TE Brasil) apresenta o terceiro e último comunicado da **Missão de Observação Eleitoral** do primeiro turno das **Eleições Gerais de 2026**, com base nas informações coletadas durante o fechamento das seções.

O levantamento considera 70 formulários de preenchimento único enviados por observadores e observadoras no Brasil e no exterior. Parte da equipe segue acompanhando a jornada em países com fusos horários distintos.

De forma geral, o encerramento ocorreu de maneira organizada. Em 100% dos casos, os observadores e observadoras puderam permanecer nas seções durante o fechamento. Em algumas localidades, houve necessidade de esclarecimentos sobre os procedimentos de observação eleitoral.

A impressão do boletim de urna foi registrada em 95,7% dos casos, enquanto sua afixação ocorreu em 84,3% das seções observadas. A distribuição aos fiscais partidários foi verificada em 54,3% dos registros, com ocorrências pontuais relacionadas à emissão e disponibilização de cópias.

A intervenção de funcionários da Justiça Eleitoral foi necessária em 7,1% dos casos, principalmente para esclarecimentos sobre o fechamento, operação das urnas e emissão de boletins.

Não foram registrados tumultos envolvendo fiscais partidários ou mesários durante o encerramento. Em 10% dos casos, houve relatos de tensão envolvendo eleitores ao longo da jornada, incluindo situações relacionadas à boca de urna, filas e demora na votação.

A maior parte das seções observadas concluiu o fechamento entre 17h10 e 17h25, com atrasos pontuais ligados à operação das urnas, emissão de boletins e dúvidas sobre os procedimentos.

No exterior, os relatos disponíveis indicam encerramento organizado. Em Milão, foi registrada a presença de uma representante partidária em uma das seções. Em Moscou, a votação foi concluída sem intercorrências, mesmo tendo sido realizada manualmente devido ao atraso na entrega da urna eletrônica.

Com o fechamento das seções, observadores e observadoras da TE Brasil seguem para os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para acompanhar a apuração dos votos.

A TE Brasil orienta a sociedade a aguardar os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a consultar informações em fontes confiáveis e oficiais.

O relatório parcial do primeiro turno, com a análise consolidada dos dados e dos monitoramentos temáticos, será divulgado em 6 de outubro, nos canais oficiais da TE Brasil.

Confira na página a seguir o terceiro comunicado técnico da MOE 2026.

WhatsApp: +55 (41) 99851-6999 / **Informações à imprensa:** Equipe de Comunicação da MOE 2026 observacao.eleitoral@transparenciaeleitoral.com.br



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL
MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NACIONAL
1º TURNO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026

TERCEIRO COMUNICADO DE IMPRENSA - FECHAMENTO DAS SEÇÕES ELEITORAIS

A Transparência Eleitoral Brasil apresenta o terceiro e último comunicado da missão de observação eleitoral do 1º turno das eleições gerais de 2026, com base nas informações coletadas durante o fechamento das seções eleitorais.

Este comunicado considera 70 formulários de preenchimento único enviados por observadoras e observadores em diferentes estados brasileiros e no exterior, distribuídos em todas as regiões do país e nos países do exterior. Cabe mencionar que alguns observadores seguem aguardando a conclusão da jornada eleitoral por estarem em países com fusos horários distintos.

Permanência na seção

Em 100% dos casos, as observadoras e os observadores informaram que puderam permanecer na seção eleitoral durante o fechamento. Os dados indicam que a observação do fechamento foi, em geral, realizada sem obstruções. Em algumas seções, contudo, mesários e funcionários da Justiça Eleitoral demonstraram desconhecimento sobre os procedimentos de observação eleitoral, exigindo esclarecimentos para a continuidade do acompanhamento.

Boletins de urna

Houve impressão do boletim de urna em 95,7% dos casos. Em cinco, foi indicada resposta negativa à pergunta sobre a impressão do boletim. O boletim de urna foi afixado na seção eleitoral em 84,3% das seções observadas.

A distribuição de boletins de urna para fiscais de partido foi registrada em 54,3% dos casos. Também foram registrados problemas pontuais relacionados à emissão ou à disponibilização de cópias do boletim:

- No Amazonas, uma urna teria emitido cinco cópias do boletim eleitoral, sem possibilidade imediata de impressão de novas vias. Uma funcionária do Tribunal Regional Eleitoral informou que novas cópias poderiam ser emitidas após a geração da mídia.
- Em Minas Gerais, foi relatada dificuldade para obter uma cópia do boletim de urna.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



- Em São Paulo, houve orientação para que o boletim não fosse afixado na parte interna da seção, mas em local externo ao prédio, em razão do fechamento do espaço ao público após a votação.

Intervenção da Justiça Eleitoral

Foi necessária a intervenção de funcionárias ou funcionários da Justiça Eleitoral em 7,1% dos casos. As intervenções mencionadas estiveram relacionadas principalmente a:

- esclarecimento de procedimentos de fechamento da votação;
- dificuldades dos/as mesários/as para operar a urna;
- emissão ou obtenção de cópias do boletim;
- cadastro de substituto de mesário/as

No Rio de Janeiro, houve duas situações relatadas em uma mesma seção envolvendo um eleitor que questionou a ausência do número 6 no teclado da urna. Um funcionário da Justiça Eleitoral foi chamado para esclarecimentos, sendo a situação solucionada; outro eleitor não concordou com a proibição de levar o celular para a cabine. As situações foram tratadas no local.

Situações de tumulto

Não foram registrados tumultos envolvendo fiscais de partido durante o fechamento nas respostas válidas à pergunta específica. Também não foram registrados tumultos envolvendo mesários.

Por outro lado, 10% dos casos houve relatos de algum tipo de situação de tumulto envolvendo eleitores durante a jornada eleitoral. Entre os registros, destaca-se uma ocorrência em São Paulo, em que foram relatados conflitos entre eleitores associados a uma situação de boca de urna, reclamações sobre longas filas e demora no tempo de votação.

Horário de encerramento

Os dados indicam que a maior parte das seções observadas concluiu os procedimentos de fechamento entre 17h10 e 17h25. Foram identificados, contudo, atrasos pontuais associados à dificuldade de operação da urna, à emissão de boletins, ao cadastro de mesários/as substitutos e à insegurança das mesas sobre os procedimentos de encerramento.

Observações no exterior

Sobre os dados já disponíveis de encerramento de votação no exterior, os relatos indicam fechamento organizado, embora tenha sido mencionada a presença de uma



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



representante partidária em uma das seções (Milão). Em Moscou, o fechamento também foi registrado sem ocorrência mesmo com a votação tendo sido realizada manualmente, pelo atraso na entrega da urna eletrônica.

Agradecemos a toda a equipe de observadores que dedicaram o seu tempo durante toda a jornada eleitoral no 1º turno, assim como toda a sociedade que acompanhou a divulgação dos boletins referentes à Missão de Observação Eleitoral Nacional 2026.

A Transparência Eleitoral Brasil insta à sociedade para que esperem os resultados oficiais a serem divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e que confirmem as informações que tenham contato a partir de fontes confiáveis e oficiais.

O relatório parcial do 1º turno com todas as análises de dados e os monitoramentos temáticos serão divulgados no dia 06/10 pelos canais oficiais da TE Brasil.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



1º RELATÓRIO PARCIAL MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NACIONAL 1º TURNO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026

1. Contexto político das eleições gerais 2026

As eleições gerais de 2026 ocorrem em um cenário político marcado por desafios, alguns inéditos, e outros que são consequência de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos.

Além de eleger os cargos de Deputado Federal, Estadual, dois Senadores (a partir da renovação de 2/3), Governadores de Estado e Presidência da República, foi também realizada a eleição para Conselheiro Distrital em Fernando de Noronha (Pernambuco).

O primeiro turno ocorreu em um contexto de elevada tensão institucional, marcado pelo conflito entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹ e por decisões conflitantes em diversas matérias no Direito Eleitoral, como propaganda eleitoral; registro de candidaturas e debates eleitorais. A crise se intensificou com os desdobramentos do caso Banco Master, que envolveu discussões sobre a atuação e a possível suspeição de ministros tanto do STF quanto do TSE. A imprensa registrou que decisões do STF chegaram a suspender e posteriormente restabelecer medidas determinadas no âmbito do TSE², ampliando as dúvidas públicas sobre os limites de competência entre as duas Cortes e sobre a previsibilidade das decisões judiciais durante o processo eleitoral.³

Também compuseram o ambiente político a repercussão das emendas parlamentares, com preocupações relacionadas à transparência, à rastreabilidade dos recursos e ao possível impacto sobre o equilíbrio da disputa eleitoral.⁴ Paralelamente, reportagens e pesquisas apontaram desencanto, desânimo e baixa mobilização do eleitorado, associados ao cansaço decorrente da polarização e à percepção de que as campanhas

¹ <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2026/09/28/eleicao-entra-na-reta-final-com-stf-e-tse-em-choque.ghtml> Acesso em 05 Out. 2026.

² <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/02/caso-master-e-crise-colocam-supremo-no-centro-de-discussoes.ghtml> Acesso em 05 Out. 2026.

³ <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes-stf-tem-papel-inedito-na-disputa-entre-flavio-e-lula-com-caso-master-e-avanco-sobre-o-tse/> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴ <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/03/deputados-destinam-r-6-de-cada-r-10-em-emendas-para-municipios-onde-tiveram-melhor-desempenho-nas-urnas.ghtml> Acesso em 05 Out. 2026.





privilegiaram ataques, controvérsias e estratégias digitais em detrimento da apresentação de propostas concretas.⁵

De forma inédita, menciona-se na agenda pública a possibilidade de interferência externa nas eleições brasileiras, com foco principal na atuação do Estados Unidos da América e seu eventual impacto sobre o resultado do pleito, o que provocou investigações formais por parte das instituições.⁶

Nesse cenário, a TE Brasil consolida estratégias para suprir a demanda pela existência de um canal legítimo de monitoramento e participação cidadã na organização das eleições, o que se realiza por meio da observação eleitoral nacional.

A partir do acompanhamento silencioso, imparcial, objetivo e independente dos períodos pré/durante e pós-eleitoral, as equipes de observadoras e observadores, devidamente capacitados para a função da observação eleitoral, atuaram coletando e fornecendo dados importantes que permitiram a publicação de 3 comunicados ao longo da jornada eleitoral. Este relatório traz não somente um complemento dos comunicados já publicados, mas também dados mais completos e consolidados referentes ao 1º turno das eleições.⁷

Para 2026, a Missão de Observação Eleitoral Nacional (MOE) se concentrou em ampliar o número de seções eleitorais observadas em contextos variados, bem como realizar monitoramentos temáticos que possam colaborar para futuras análises e identificação de problemas. O resultado é um material de consulta pública, à disposição de toda a comunidade nacional e internacional.

A partir disto, a equipe de 99 observadoras e observadores distribuída em 16 unidades federativas⁸, em 57 cidades⁹ no Brasil e 8 no exterior¹⁰ puderam acompanhar as

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/campanha-e-a-menos-engajada-desde-a-volta-da-democracia-indicam-eleitores-e-analistas.shtml> Acesso em 05 Out. 2026.

⁶ <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/04/diretor-geral-da-pf-diz-que-abriu-procedimento-para-apurar-possivel-interferencia-externa-na-eleicao-apos-pedido-da-agu.ghml> Acesso em 05 Out. 2026.

⁷ Todos os comunicados podem ser acessados em: <https://linktr.ee/transparenciaeleitoralbr>

⁸ Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Minas Gerais; Mato Grosso do Sul; Pará; Paraíba; Pernambuco; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Sergipe; São Paulo.

⁹ Manaus (AM); Jacobina e Salvador (BA); Barreira e Fortaleza (CE); Brasília, Águas Claras, Candangolândia, Ceilândia, Vicente Pires e Taguatinga (DF); Vila Velha e Vitória (ES); Águas Lindas de Goiás, Goiânia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio do Descoberto (GO); Belo Horizonte, Capinópolis, São Roque de Minas, Sete Lagoas e Unai (MG); Dourados (MS); Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal e São Domingos do Capim (PA); Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa (PB); Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Recife, Salgadinho e São Lourenço da Mata (PE); Araucária, Curitiba e Maringá (PR); Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo (RJ); Constantina, Passo Fundo e São Borja (RS); Aracaju (SE); Jacareí, Marília, Osasco, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente e Taboão da Serra (SP)





eleições e visitar 437 centros de votação, observando 99 seções eleitorais justamente na abertura dos trabalhos, outras 972 ao longo da jornada eleitoral, e outras 72 no fechamento dos trabalhos. Ainda, foram observadas 39 juntas eleitorais, 37 cartórios eleitorais e Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), bem como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Desde o início, a MOE da TE Brasil acompanhou convenções partidárias, registro de candidaturas; financiamento eleitoral; campanha eleitoral; pluralidade das candidaturas; violência política; uso de IA nas eleições; preparação de mesários; tecnologia nas eleições; sistema eletrônico de votação; transmissão de dados; apuração e totalização dos resultados, dentre outros. Como monitoramento específicos, a violência política e o financiamento eleitoral com recorte de gênero foram o foco da missão.

Este relatório abrange somente o ocorrido até o 1º turno das eleições gerais de 2024. A TE Brasil seguirá acompanhando o processo eleitoral brasileiro e, após o 2º turno, será emitido novo relatório parcial da MOE Nacional 2024.

2. Preparativo das eleições

As eleições gerais 2026 seguiram o calendário eleitoral estabelecido pela Resolução nº 23.760, de 2 de março de 2026, listando os atos preparatórios para a sua realização.

Como MOE, vejamos os principais pontos.

a. Revisão e aprovação das resoluções para o processo eleitoral de 2026

A cada processo eleitoral, o TSE realiza ajustes, revisões e atualizações nas resoluções vigentes e que foram aplicadas em eleições passadas, além de aprovar outras, de acordo com temas que, na posição da Corte, mereçam atenção específica.

Para este ano, os temas enfocados foram agregados em blocos para a realização das audiências públicas: (i) pesquisas eleitorais, auditoria e fiscalização, sistemas eleitorais e atos gerais do processo eleitoral; (ii) registro de candidatura, Fundo Especial de Financiamento de Campanha e prestação de contas; (ii) propaganda eleitoral, representações e reclamações, ilícitos eleitorais, transporte especial para os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida aos locais de votação e consolidação das normas relacionadas ao cidadão nas eleições.

¹⁰ Boston, Chicago e Nova York (EUA); Madri (Espanha); Paris (França); Milão (Itália); Porto (Portugal); Moscou (Rússia).





No total, foram aprovadas 14 resoluções que trouxeram as seguintes novidades:¹¹

- Atos gerais do processo eleitoral (Res. 23.751/2026): Incluiu ações afirmativas para indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e pessoas em situação de rua e, de maneira inédita, previu a expressa participação de observadores eleitorais em diversos atos oficiais, como forma de naturalizar a presença das missões.¹²
- Arrecadação, gastos e prestação de contas (Res. 23.752/2026): passou a prever expressamente a possibilidade de custeio de despesas relacionadas à prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher, bem como à contratação de segurança para proteção de candidatas. Trouxe uma ação afirmativa para o financiamento de candidaturas de indígenas, manteve a disciplina já consolidada para candidaturas femininas e refletiu a alteração constitucional da Emenda Constitucional nº 133 sobre percentual de 30% dos recursos para candidatas negras.
- Transporte especial de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida (Res. 23.753/2026): instituiu o programa Seu Voto Importa, que garante transporte individual gratuito no dia do pleito para eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida que não tenham meios próprios de locomoção, contemplando também população de territórios indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais. A solicitação deve ser feita com até 20 dias de antecedência aos TREs, com confirmação até 48 horas antes da votação.
- Pesquisas eleitorais (Res. 23.747/2026): reestruturou o escopo regulatório para contemplar consultas populares. Passou a exigir declaração formal do estatístico responsável pela pesquisa, atestando vínculo com a entidade, comprometimento com manutenção de documentação auditável e ciência das sanções aplicáveis em casos de falsidade ou conivência com pesquisas fraudulentas. Fortaleceu a precisão metodológica e transparência com inclusão de dispositivo sobre delimitação geográfica das pesquisas.
- Propaganda eleitoral (Res. 23.755/2026): regulamentou o uso de inteligência artificial (IA) na campanha eleitoral, estabelecendo proibições de: (i) divulgação ou compartilhamento de conteúdo sintético gerado ou modificado por IA em

¹¹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Marco/eleicoes-2026-tse-publica-todas-as-resolucoes-que-orientarao-o-pleito> Acesso em 05 Out. 2026.

¹² Foi uma sugestão feita pela TE Brasil na audiência pública referente a esta resolução, acatada pelo TSE. (https://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/audiencias-publicas/arquivos/minutas-das-resolucoes-2026/analise-das-sugestoes/sre_atos-gerais-eleicoes-2026-versao-web-2/@@display-file/file/sre_atos-gerais-eleicoes-2026-versao-web-2.pdf. Pg. 20). Acesso em 05 Out. 2026.





desacordo com regras de rotulagem; (ii) publicações que reproduzam conteúdo já objeto de ordem de indisponibilização pela Justiça Eleitoral; e (iii) conteúdo de violência política contra a mulher.

- Ilícitos eleitorais (Res. 23.757/2026): aperfeiçoou a apuração dos ilícitos, incluindo a vedação de utilização de conteúdos sintéticos gerados ou modificados por IA e tecnologias equivalentes na violação das regras eleitorais. Determinou que medidas para enfrentamento da desinformação serão realizadas nos termos da legislação de regência e de resolução do TSE.
- Normas voltadas ao cidadão (Res. 23.759/2026): consolidou normas relacionadas à cidadã e ao cidadão no processo eleitoral, criando texto completo que serve como guia prático nas campanhas de orientação, educação e conscientização do eleitorado. Incluiu calendário voltado exclusivamente à eleitora e ao eleitor.
- Escolha e registro de candidatas e candidatos (Res. 23.754/2026): regulamentou o Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE), instituído pela Lei Complementar nº 219/2025, autorizando pré-candidatas, pré-candidatos e partidos políticos a submeter à Justiça Eleitoral, a qualquer tempo, dúvida razoável sobre capacidade eleitoral passiva.
- Procedimentos de fiscalização e auditoria (Res. 23.758/2026): incorporou o Teste de Integridade com Biometria ao texto da norma, conferindo maior estabilidade normativa. Incluiu exigência de que locais de votação dos Testes de Integridade atendam a regras de acessibilidade e obrigação de divulgação imediata e detalhada, na internet, da relação das urnas auditadas.

No Relatório Parcial de 1º turno das eleições municipais de 2024, a TE Brasil destacou a importância desse ato de revisão e participação da sociedade civil, inclusive como forma de estabilidade das regras que incidirão sobre as eleições. Ao mesmo tempo, destacou os tempos em que isso transcorreu, uma vez que antes daquele momento, era comum que esta revisão ocorresse nos meses de novembro/dezembro, mas que em 2024 ocorreu justamente nos meses mais próximos da conclusão do prazo para isso segundo a Lei nº 9.504/97 (art. 105), que é em 5 de março.¹³

Este avanço do calendário se repetiu em 2026, levando estas resoluções à aprovação e publicação praticamente no prazo legal, somente 5 meses antes do início das campanhas.

¹³

<https://transparenciaeleitoral.com.br/2025/12/08/relatorios-parciais-1-e-2-turnos-missao-de-observacao-eleitoral-2024/> Acesso em 05 Out. 2026.





Este tempo tão ajustado pode comprometer a estabilidade das decisões que são tomadas pela Justiça Eleitoral no contencioso, bem como para o conhecimento e aprofundamento de informações pelos atores políticos e sociedade em geral, principalmente em casos nos quais se estabelecem novas regras que impõem mais deveres de tutela e preparo por parte de agentes envolvidos com as eleições, como ocorre com as disposições sobre IA nas eleições a partir de um novo regramento.

Assim, por entender que este é um momento muito importante e que envolve o que se conhece como “regras do jogo”, a TE Brasil recomenda novamente que a revisão e discussão das resoluções do TSE sejam feitas com tempo hábil para permitir sua ampla divulgação, análise e assimilação pela sociedade e instituições. Embora a Lei nº 9.504/97 (art. 105) permita que este processo seja feito até o dia 05 de março do ano eleitoral, esse tempo de antecipação é valioso para que todos estejam preparados para o período eleitoral propriamente dito, caracterizado pela brevidade.

Considerando que todas as modificações e inovações podem aumentar a complexidade de compreensão das regras alteradas e comprometer o seu cumprimento a contento por parte de todos, renova-se essa recomendação, anda mais porque meses como janeiro e fevereiro são caracterizados por serem períodos em que se desfrutam de recessos, o que também pode impactar nesse alinhamento entre a autoridade eleitoral e os agentes que participarão das eleições.

b. Credenciamento e condições para a observação eleitoral

A MOE 2026 registra que enfrentou muitos problemas no credenciamento da missão de observação eleitoral e de sua equipe de observadores perante o TSE. Os comentários gerais sobre o credenciamento serão feitos no relatório do 2º turno, considerando que ainda há algumas questões em aberto no que se refere a este credenciamento.

Da mesma forma, serão trazidas as informações referentes à obstrução e/ou impedimento da observação eleitoral, tanto por parte de funcionários da Justiça Eleitoral quanto por fiscais de partido, incidentes estes já relatados nos 3 comunicados do dia de votação do primeiro turno, bem como algumas ações que foram tomadas para popularizar a observação eleitoral.

c. Mesários: Convocação e treinamento

Segundo o art. 13 da Resolução nº 23.751/2026, a Justiça Eleitoral deve privilegiar o voluntariado para a função e procedeu com a chamada pública de mesárias e mesários



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



tanto como voluntariado quanto por convocatória pública (Código Eleitoral, art. 120, §2º).

No total, foram convocados 1.991.422 mesárias e mesários para as eleições de 2026. Segundo dados oficiais do TSE, 71,35% do total eram mulheres (1.420.870 pessoas) e 28,65% eram homens (570.532 pessoas), além de 20 pessoas com gênero não informado. Ainda segundo dados oficiais, houve 357 mesários e mesárias com o uso de nome social (183 mulheres, representando 0,01% do total feminino, e 174 homens, representando 0,03% do total masculino), bem como 8.509 com algum tipo de deficiência (5.154 mulheres, 0,36%, e 3.355 homens, 0,59%).¹⁴

Os dados coletados de observação indicam que, na grande maioria das seções, as mesas receptoras de votos contaram com pessoal preparado para conduzir os trabalhos. Em 95,88% das seções observadas, os/as mesários/as se mostravam treinados/as e conscientes dos atos que deviam tomar. Apenas 3,81% das seções apresentaram mesários/as que não demonstravam domínio adequado dos procedimentos.

Quanto à ocorrência de substituições de mesários/as ao longo do dia de votação, em 7,20% das seções acompanhadas, houve necessidade de substituir algum membro da mesa, enquanto em 92,70% das seções todos os mesários inicialmente designados permaneceram em suas funções até o encerramento dos trabalhos.

A composição das mesas receptoras de votos revelou predominância de mulheres na função de mesária, em linha com o perfil histórico do corpo de mesários da Justiça Eleitoral e já identificado em MOEs anteriores. Em média, cada mesa era composta por 1,16 homens e 2,39 mulheres, totalizando aproximadamente 3,55 mesários por seção. A distribuição observada mostra que 255 seções (26,23%) não contavam com nenhum homem na mesa, enquanto apenas 27 seções (2,78%) eram compostas exclusivamente por homens. Por outro lado, mesas com duas ou três mulheres foram as mais frequentes (360 e 327 seções, respectivamente), reforçando a tendência de feminização dessa função eleitoral.

Sobre o treinamento de mesários e mesárias para as eleições 2026, a MOE recebeu informações de que o treinamento foi disponibilizado em formato EAD a cargo de cada zona eleitoral. As opiniões coletadas se dividem entre a suficiência do treinamento online e a necessidade de uma maior abordagem presencial, como é feita com os presidentes de mesa em alguns casos. Mesários/as por primeira vez relataram que sentiram falta de um melhor atendimento para esclarecimento de dúvidas. Por outro lado, destaca-se a disponibilidade de conteúdos para os mesários tanto por meio do aplicativo quanto da página <https://www.justica eleitoral.jus.br/eleicoes/mesario/>

¹⁴ <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-mesarios/home> Acesso em 05 Out. 2026.





Diante disso, recomenda-se que a Justiça Eleitoral considere a possibilidade de intensificar iniciativas voltadas ao equilíbrio de gênero na composição das mesas receptoras de votos. Os dados oficiais de 2026 indicam que a proporção entre homens e mulheres na função contrasta com a composição das candidaturas eleitorais, por exemplo, historicamente majoritariamente masculinas, mas que as mulheres enfrentam grandes dificuldades. Nesse sentido, seriam bem-vindas medidas que incentivem uma composição mais diversificada nas mesas, como campanhas de recrutamento que alcancem diferentes perfis de voluntários e parcerias com organizações da sociedade civil.

Sugere-se, também, que a Justiça Eleitoral avalie a eficácia do treinamento na modalidade EAD para mesários/as, de modo a verificar se esse formato tem alcançado plenamente os objetivos de transmissão do conhecimento técnico necessário para o dia da votação.

Por fim, recomenda-se que a Justiça Eleitoral examine os canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas por parte de mesários, em especial daqueles que exercem a função pela primeira vez. A celeridade das respostas, a clareza das orientações e a acessibilidade desses canais constituem fatores relevantes para garantir a segurança e a confiança dos mesários no exercício da função. Um atendimento eficiente não apenas contribui para a resolução de questões operacionais no dia da votação, mas também pode favorecer a atração e a retenção de novos voluntários para edições futuras.

d. Acessibilidade dos centros de votação e para a emissão do voto

A MOE 2026 avaliou as condições de acessibilidade dos centros de votação e, segundo os dados coletados, 88,17% dos centros de votação contam com acessibilidade para eleitores com deficiência. No entanto, 11,52% dos centros não dispunham de acessibilidade adequada, o que representa uma lacuna significativa no que diz respeito à garantia do pleno exercício do direito de voto por pessoas com deficiência.

Quanto à existência de seções de fácil acesso para eleitores com dificuldade de locomoção, 84,77% dos centros de votação contam com alguma estrutura. No entanto, foi verificado um padrão recorrente de dificuldades relacionadas à acessibilidade, como seções eleitorais localizadas em andares superiores com acesso somente por escadas; rampas de acesso insuficientes, escorregadias ou obstruídas; falta de elevadores ou elevadores com degraus que impedem o acesso de cadeirantes; sinalização inadequada sobre a localização de seções acessíveis; e concentração de todas as seções acessíveis em um único local, gerando filas longas e espera excessiva para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



Trata-se de um tema recorrente nos relatórios da TE Brasil. Embora se reconheçam os esforços da Justiça Eleitoral na escolha dos locais e na preparação de seções eleitorais acessíveis, não é uma tarefa exclusivamente sua, devendo as administrações locais colaborarem para que o exercício do voto também seja facilitado por meio de estabelecimentos e entornos também acessíveis.

3. Registro de candidaturas e análise dos pedidos

Nas Eleições de 2026, foram registradas 20.989 candidaturas em todo o país, representando uma redução de aproximadamente 28,3% em relação às eleições de 2022, quando foram registradas 29.262 candidaturas. Essa diminuição ocorreu em praticamente todas as categorias de cargos, com destaque para as reduções nas candidaturas a Deputado Estadual (-32,51%, de 16.737 para 11.295) e a Deputado Federal (-26,59%, de 10.630 para 7.803), que concentram o maior volume de registros. Por outro lado, houve aumento nas candidaturas a Senador (+31,28%, de 243 para 319) e nas suplências (+27,37% e +26,81% para 1º e 2º suplentes, respectivamente). As candidaturas a Presidente e Vice-presidente permaneceram estáveis, com 14 registros em 2026 ante 13 em 2022.

A redução acima citada parece refletir mudanças estruturais na legislação eleitoral brasileira implementadas ao longo dos últimos anos. Segundo o que foi apurado entre notícias¹⁵ e posicionamentos públicos¹⁶, entre os principais fatores que explicam essa queda estão: (i) as federações partidárias, criadas em 2021, que obrigam partidos agrupados a apresentar uma única nominata e compartilhar o limite de vagas; (ii) o fim das coligações proporcionais, estabelecido pela Emenda Constitucional 97 de 2017, que dificultou a sobrevivência de legendas menores; (iii) a redução do limite de candidaturas por partido, que passou de 150% para 100% mais uma das cadeiras em disputa; e (iv) a cláusula de desempenho mais exigente, que eleva a cada eleição o patamar mínimo de votos e cadeiras para acesso pleno ao Fundo Partidário.

Essas mudanças, amplamente debatidas e aprovadas pelo Congresso Nacional nos últimos anos, têm levado a uma reconfiguração do sistema partidário brasileiro, com concentração de recursos e de candidaturas em menos legendas e federações, resultando na primeira redução significativa no número de candidatos em mais de 20 anos.

¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/tse-registra-maior-queda-de-candidaturas-em-3-decadas-sob-efeito-de-federacoes-e-de-partido-de-marcas.shtml> Acesso em 05 Out. 2026. <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/19/mudancas-na-legislacao-fazem-numero-de-candidatos-cair-pela-primeira-vez-em-20-anos.ghtml> Acesso em 05 Out. 2026.

¹⁶ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/09/01/o-que-explica-a-queda-historica-no-numero-de-candidatos> Acesso em 05 Out. 2026.





No momento da extração dos dados para este relatório¹⁷, o universo de candidaturas incluía tanto processos ainda pendentes de julgamento quanto candidaturas já indeferidas, mas ainda sujeitas a recurso. Do total de 20.989 candidaturas registradas, 20.323 haviam sido julgadas e 666 permaneciam em tramitação, isto é, ainda sem julgamento definitivo. Paralelamente, 629 candidaturas constavam como indeferidas, com decisão já consolidada, enquanto outras 686 estavam classificadas como indeferidas em prazo recursal ou com recurso, indicando que já haviam recebido decisão desfavorável, mas ainda poderiam ser revistas pelas instâncias eleitorais competentes.

Entre as 629 candidaturas definitivamente indeferidas, as principais causas foram a ausência de condição de elegibilidade, com 188 casos (29,89%), e o desatendimento a requisitos formais previstos na Lei nº 9.504/1997, com 160 casos (25,44%). Também se destacaram o indeferimento do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do partido, federação ou coligação, com 84 casos (13,35%), e a ausência de quitação eleitoral, com 70 casos (11,13%). As hipóteses de inelegibilidade constitucional e infraconstitucional somaram 54 casos (8,59%), enquanto 24 candidaturas (3,82%) foram indeferidas em razão do não cumprimento da cota de gênero no DRAP.

No grupo de 686 candidaturas indeferidas em prazo recursal ou com recurso, predominou o indeferimento do DRAP partidário, da federação ou da coligação, com 214 casos (31,20%). Em seguida, apareceram o descumprimento de requisitos formais, com 159 casos (23,18%), e a ausência de condição de elegibilidade, com 105 casos (15,31%). Registraram-se ainda 69 casos de inelegibilidade infraconstitucional (10,06%), 43 casos de indeferimento do DRAP por descumprimento da cota de gênero (6,27%) e 38 casos de ausência de quitação eleitoral (5,54%). Em conjunto, os dados indicam que os obstáculos mais frequentes ao deferimento dos registros estiveram ligados ao atendimento de exigências formais e documentais, à regularidade das agremiações partidárias e ao cumprimento das condições legais de elegibilidade.

Em todos os relatórios anteriores das MOEs da TE Brasil (2020, 2022 e 2024), foi feita a recomendação para a antecipação da definição da situação jurídica das candidaturas, de modo a aproximar os nomes contidos na urna daqueles efetivamente aptos a disputar o pleito. Para as eleições de 2026, entende-se que essa recomendação foi parcialmente contemplada pela instituição do Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE), criado pela Lei Complementar nº 219/2025 e introduzido nas Lei nº 9.504/97(art. 11, § 16), logo regulamentado pela Resolução TSE nº 23.754/2026 (art. 9-B).

17

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-motivo-indeferimento?p26_back=28&p26_cruzamento_1=ds_detalhe_situacao_cand&p26_cruzamento_2=ds_motivo_cassacao&p26_tipo_indeferimento=Fundamentos%20legais%20de%20julgamento&clear=RP,26&session=108149328751026 Acesso em 05 Out. 2026.





O RDE permite que pré-candidaturas e partidos políticos submetam previamente à Justiça Eleitoral dúvidas razoáveis sobre a capacidade eleitoral passiva, antes da apresentação do pedido formal de registro. Uma vez reconhecida a elegibilidade quanto à questão submetida e transitada em julgado a decisão, a matéria não poderia ser rediscutida no registro da candidatura para a mesma eleição, desde que preservadas as circunstâncias de fato e de direito.

Entendemos que a criação do RDE representa um avanço relevante ao oferecer mecanismo de maior previsibilidade e segurança jurídica sobre a situação das candidaturas. No entanto, a medida não eliminou integralmente a possibilidade de candidaturas com pendências jurídicas no período eleitoral, pois depende de provocação da pré-candidatura ou do partido e se limita ao ponto específico apresentado, não substituindo a análise dos demais requisitos de registro.

Seguimos no monitoramento sobre o avanço dessa recomendação, que possui importante impacto no resultado das urnas, considerando a certeza jurídica que se deve ter sobre quem de fato pode receber votos no dia das eleições.

a. Candidaturas de mulheres

Quanto à composição de gênero nas candidaturas, observa-se um leve avanço na participação feminina. Em 2026, 35,10% das candidaturas foram de mulheres (7.367 registros), ante 33,80% em 2022 (9.890 registros), representando um aumento de 1,30 ponto percentual. As candidaturas masculinas, por sua vez, passaram de 66,10% em 2022 para 64,89% em 2026, uma redução de 1,22 ponto percentual. Três candidaturas (0,01%) foram registradas com gênero não divulgável em 2026, ante 29 (0,10%) em 2022.

Embora o avanço na participação feminina seja positivo, as mulheres permanecem sub-representadas nas candidaturas, especialmente considerando que constituem mais da metade da população brasileira (52,84%). A diferença observada entre 2022 e 2026 indica progresso lento na direção da paridade de gênero nas chapas eleitorais. Os dados sugerem que há espaço para o fortalecimento de políticas e incentivos que promovam maior equilíbrio de gênero, a despeito dos retrocessos registrados na agenda nos últimos anos tanto nos cargos majoritários quanto nos proporcionais (como pode ser o financiamento de campanhas femininas e as autoanistias dos partidos políticos aprovadas).

A distribuição das candidaturas femininas por cargo revelou padrões de sub-representação nos cargos de maior visibilidade e poder. Enquanto as mulheres representaram 42,6% das candidaturas a vice-governador, essa proporção caiu para apenas 16,8% nas candidaturas a governador, indicando que as mulheres apareceram





mais como candidatas a vice e suplente do que como cabeça de chapa nos cargos majoritários. Entre as 14 candidaturas à Presidência da República em 2026, apenas 2 foram de mulheres, e a eleição presidencial deste ano foi a primeira deste século a não ter mulheres nas chapas presidenciais competitivas.¹⁸

Com os resultados do 1º turno, a representação feminina no Congresso Nacional registrou avanço, embora permaneça distante da paridade. Na Câmara dos Deputados, foram eleitas 108 mulheres para as 513 cadeiras, o equivalente a 21,05% da composição da Casa, compondo a maior bancada feminina já eleita.¹⁹ No Senado Federal, 12 mulheres foram eleitas para as 54 vagas renovadas e, se a posse de todas se confirma, a Casa passará a contar com 18 senadoras entre seus 81 membros, correspondendo a 22,22% do total.²⁰

Considerando as 108 deputadas eleitas e a projeção de 18 senadoras em exercício, as mulheres deverão ocupar 126 das 594 cadeiras do Congresso Nacional, ou 21,21% do total. Esse resultado representa avanço relevante, mas permanece consideravelmente abaixo da participação feminina no eleitorado.

b. Candidaturas por cor/raça/etnia

A distribuição das candidaturas por cor, raça e etnia em 2026 manteve a predominância de pessoas brancas, que somaram 10.533 registros, correspondentes a 50,18% do total de 20.989 candidaturas. Em seguida, candidaturas de pessoas pardas com 7.309 registros (34,82%), e candidaturas de pessoas pretas, com 2.842 registros (13,54%). As candidaturas indígenas corresponderam a 195 registros (0,93%), enquanto pessoas amarelas somaram 107 candidaturas (0,51%). Três candidaturas foram classificadas como não divulgáveis (0,01%).²¹

Na comparação com 2022, observa-se que a proporção de candidaturas de pessoas brancas aumentou de 48,18% para 50,18%, crescimento de 2 pontos percentuais, apesar de a quantidade absoluta ter diminuído de 14.099 para 10.533 em razão da redução geral do número de candidaturas. A participação de candidaturas pardas caiu de 36,15% para 34,82%, redução de 1,33 ponto percentual, e a de candidaturas pretas passou de 14,12% para 13,54%, queda de 0,58 ponto percentual. Em sentido diverso,

¹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/candidatas-mulheres-sao-um-terco-do-total-ha-quatro-eleicoes-nacionais-veja-perfil-de-2026.shtml> Acesso em 05 Out. 2026.

¹⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/renovacao-da-camara-federal-chegou-35-veja-nova-composicao-da-casa> Acesso em 05 Out. 2026.

²⁰ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/04/doze-mulheres-sao-eleitas-para-o-senado> Acesso em 05 Out. 2026.

²¹ https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p0_ano=2026&session=108149328751026 Acesso em 05 Out. 2026.





as candidaturas indígenas aumentaram proporcionalmente de 0,64% para 0,93%, passando de 186 para 195 registros, e as candidaturas de pessoas amarelas passaram de 0,40% para 0,51%, embora tenham diminuído em números absolutos, de 116 para 107.

Considerando conjuntamente as candidaturas de pessoas pretas e pardas, que em 2026 totalizaram 10.151 registros, ou 48,36% do total, verifica-se uma participação um pouco inferior à observada em 2022, quando esses grupos reuniam 14.712 candidaturas, equivalentes a 50,27%. Os dados evidenciam que a redução geral de candidaturas também atingiu os grupos racializados e que, proporcionalmente, houve redução da presença de pessoas pretas e pardas entre as candidaturas, ao mesmo tempo em que cresceu a proporção de candidaturas de pessoas brancas.

Isso se refletiu no resultado da eleição. Os resultados para a Câmara dos Deputados indicaram que a ampliação da participação de pessoas negras entre as candidaturas não se traduziu em representação parlamentar proporcional. Foram eleitas 135 pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, correspondentes a 26,3% das 513 cadeiras da Casa. O resultado representou redução de 4 cadeiras em relação a 2022, quando 139 pessoas pretas ou pardas foram eleitas, e permaneceu distante da proporção de candidaturas desses grupos no pleito de 2026, que alcançou 48,36% do total de registros segundo os dados analisados pela Missão.²²

A representação indígena na Câmara dos Deputados também permaneceu limitada: três pessoas autodeclaradas indígenas foram eleitas, equivalentes a aproximadamente 0,58% das cadeiras. O número foi inferior ao registrado em 2022, quando cinco pessoas indígenas conquistaram mandato para a Câmara. Os resultados reforçam a persistência de uma diferença relevante entre a presença desses grupos nas candidaturas e sua efetiva conversão em representação parlamentar.²³

c. Candidaturas LGBTIQA+

Em relação ao uso de nome social, observou-se aumento tanto em números absolutos quanto proporcionais entre as eleições de 2022 e 2026. Em 2022, 37 das 29.262 candidaturas registraram o uso de nome social, o equivalente a 0,13% do total; em 2026, esse número passou para 55 das 20.989 candidaturas, correspondendo a 0,26%.

As eleições de 2026 registraram crescimento expressivo das candidaturas LGBTIQA+. Levantamento do Instituto Plena Cidadania²⁴ e da plataforma VoteLGBT²⁵, baseado em

²² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/renovacao-da-camara-federal-chegou-35-veja-nova-composicao-da-casa> Acesso em 05 Out. 2026.

²³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/renovacao-da-camara-federal-chegou-35-veja-nova-composicao-da-casa> Acesso em 05 Out. 2026.

²⁴ <https://datastudio.google.com/u/0/reporting/9e4a681c-15da-494a-a423-b54b08c0cc4d/page/QZF3D>

²⁵ <https://2026.votelgbt.org/> Acesso em 05 Out. 2026.





dados do TSE e em candidaturas autodeclaradas com autorização de divulgação, identificou 514 candidaturas LGBT+, aumento de 57% em relação às 327 mapeadas em 2022. Como o total de candidaturas caiu no período, a participação proporcional das pessoas LGBT+ mais que dobrou: passou de 1,12% em 2022 para 2,5% em 2026, aproximadamente uma candidatura LGBT+ a cada 40 candidaturas. O crescimento foi particularmente relevante nas disputas para a Câmara dos Deputados, que passaram de 116 para 214 candidaturas (+84%), e nas assembleias legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal, de 205 para 279 (+36%).²⁶

O levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) identificou 116 candidaturas de pessoas trans e travestis nas Eleições de 2026, o maior número registrado pela organização desde o início de seu monitoramento, em 2014. O total representa crescimento de 45,6% em relação às 79 candidaturas mapeadas em 2022 e inclui 104 mulheres trans e travestis (89,6%), sete homens trans ou pessoas transmasculinas e cinco pessoas não binárias. As candidaturas foram identificadas em 23 das 27 Unidades da Federação, sobretudo para os cargos de deputada(o) estadual (61) e deputada(o) federal (52), e 69% das pessoas mapeadas se autodeclararam pretas ou pardas.²⁷

Os resultados das eleições 2026 indicaram avanço expressivo da representação LGBT+, com 35 pessoas eleitas, quase o dobro das 18 eleitas em 2022. O crescimento foi relevante na Câmara dos Deputados, que passou de 4 para 13 representantes LGBT+ eleitos, além de 21 pessoas eleitas nos estados.²⁸

4. Financiamento de campanhas: monitoramento especial sobre candidaturas femininas

Para as Eleições de 2026, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) totalizou R\$ 4.961.519.777,00, distribuídos pelo TSE entre 30 partidos políticos. Com base na distribuição oficial divulgada pelo TSE, os dez partidos com maiores valores do FEFC foram:²⁹

²⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-08/candidaturas-lgbt-tem-recorde-em-2026-e-se-espalham-por-mais-partidos> Acesso em 05 Out. 2026.

²⁷ <https://antrabrasil.org/eleicoes2026/> Acesso em 05 Out. 2026.

²⁸ <https://projetocolabora.com.br/ods16/com-mais-de-10-milhoes-de-votos-numero-de-pessoas-lgbt-eleitas-quase-dobra-em-2026/> Acesso em 05 Out. 2026.

²⁹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Junho/tse-divulga-distribuicao-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-para-as-eleicoes-2026> Acesso em 05 Out. 2026.





Partido	Valor do FEFC
Partido Liberal (PL)	R\$ 881,7 milhões
Partido dos Trabalhadores (PT)	R\$ 615,4 milhões
União Brasil	R\$ 526,2 milhões
Partido Social Democrático (PSD)	R\$ 421,0 milhões
Progressistas (PP)	R\$ 417,1 milhões
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	R\$ 400,0 milhões
Republicanos	R\$ 348,5 milhões
Podemos	R\$ 245,9 milhões
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	R\$ 169,3 milhões
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	R\$ 152,2 milhões

Como é possível verificar, apenas as 3 primeiras agremiações (PL, PT e União Brasil) receberam conjuntamente cerca de R\$ 2,02 bilhões, valor correspondente a aproximadamente 40,7% do total.

Especificamente sobre o financiamento de campanhas femininas, no âmbito da Missão de Observação Eleitoral 2026, o Observatório de Violência Política contra a Mulher e a TE Brasil estabeleceram uma estratégia de acompanhamento do financiamento das campanhas de mulheres ao longo da etapa eleitoral, com colaboração das pesquisadoras Karolina Roeder (INCT ReDem) e Thamires Lima (UFPE). O trabalho segue o *Monitoreo al financiamiento electoral de las mujeres: Guía práctica para OSC*, de Corporación Transparencia por Colombia/Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA)³⁰, que propõe, para contextos de informação pública disponível (Cenário A), um checklist diagnóstico e seis passos de monitoramento.

O diagnóstico confirmou que o Brasil se enquadra nesse cenário, já que o TSE publica, durante a campanha, as receitas e despesas declaradas por candidaturas e partidos, em formato aberto e com identificação do sexo de cada candidatura. A principal lacuna observada é a ausência de estatísticas oficiais sobre o cumprimento das cotas de financiamento enquanto a disputa está em curso, o que torna necessário

³⁰ Ainda não publicado até o momento da elaboração desse relatório. Material cedido pela CIM-OEA para a TE Brasil para fins de execução do monitoramento.





reconstruir esse acompanhamento a partir dos dados brutos de prestação de contas, disponibilizados pelo TSE em seu [Portal de Dados Abertos](#).

A aplicação da Guia de monitoramento do financiamento eleitoral das mulheres da CIM-OEA partiu do checklist diagnóstico proposto para a etapa eleitoral, que avalia as obrigações de relato impostas a candidaturas e partidos e as condições de acesso à informação durante a campanha. O diagnóstico situou o Brasil no Cenário A, de informação pública disponível. A legislação obriga candidaturas e partidos a declarar receitas e despesas em formato padronizado, com envio dos recursos recebidos em até 72 horas e prestação de contas parcial ao longo da disputa. O TSE publica esses dados em formato aberto e com atualização diária, identificando o sexo, a cor/raça, o cargo, o partido e a unidade da Federação de cada candidatura. A Justiça Eleitoral também divulga informações sobre o cumprimento das obrigações de prestação de contas, mas não há indicador oficial sobre o cumprimento das cotas de financiamento enquanto a campanha está em curso. A verificação da regra que obriga os partidos a destinar às mulheres uma parcela do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário proporcional à presença delas nas chapas só ocorre depois do pleito, no exame das contas dos diretórios nacionais. Essa lacuna orientou a aplicação dos seis passos previstos pela Guia para o Cenário A.

O monitoramento começou em 28 de agosto e foi organizado em cortes sucessivos dos dados abertos de prestação de contas do TSE, até o corte de 4 de outubro de 2026, gerado às 4h05 do dia do primeiro turno. A análise considera as 18.371 candidaturas titulares com registro deferido, das quais 35,6% são de mulheres. A partir dos dados brutos, reconstrói a distribuição dos recursos por sexo, fonte, partido, cargo e cor/raça, o momento de chegada dos repasses e a estrutura do gasto, comparando sistematicamente a parcela das mulheres no dinheiro com a parcela delas nas candidaturas, que é o critério da regra de proporcionalidade. As bases foram depuradas e contrastadas com o [site](#) do TSE e com plataformas como o 72horas. Os resultados foram reunidos em um painel interno de acompanhamento, em um relatório técnico e em material de divulgação para as redes sociais da Transparência Eleitoral Brasil e do Observatório de Violência Política contra a Mulher. O exercício mostra que, mesmo em um contexto de ampla transparência, o controle social da equidade no financiamento depende de um trabalho analítico que a própria informação oficial ainda não oferece.

No corte de 4 de outubro, as candidaturas deferidas haviam declarado R\$ 6,36 bilhões em receitas, dos quais 30,2% foram para mulheres. Identificamos que o gargalo da desigualdade não está no acesso, já que 90,9% das candidatas e 87,3% dos candidatos



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



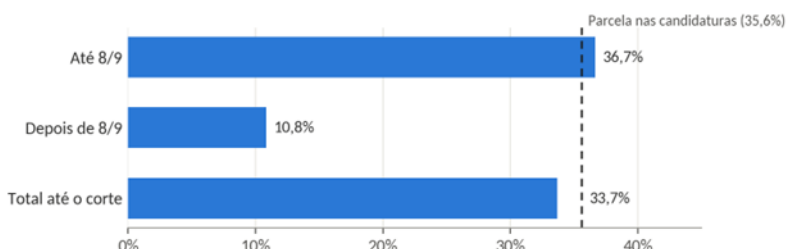
WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR

declararam alguma receita, mas no volume, com receita média 24,9% menor para as mulheres. As candidatas dependem mais do dinheiro público, com o FEFC respondendo por 85,4% de sua receita, contra 72,6% entre os homens, e ficam com apenas 15,1% das doações de pessoas físicas. A diferença é expressiva na disputa para deputado federal, com receita média 20,4% menor para as mulheres, e se acentua na interseção entre gênero e raça. As mulheres negras são 18,5% das candidaturas a deputado federal e receberam 13,2% do dinheiro, enquanto os homens brancos, 34,0% das candidaturas, ficaram com 45,8%. A descrição parcial desses dados para cada um dos seis cargos em disputa, com receitas por gênero, fonte e cor/raça, é apresentada em anexo.

No plano partidário, o financiamento é fortemente concentrado, com PL, PT e União Brasil reunindo 38,3% de todos os recursos das candidaturas. Quanto à regra de proporcionalidade, 17 dos 28 partidos com candidatas destinaram a elas uma parcela do FEFC inferior à presença delas nas chapas, entre eles seis dos sete partidos com mais recursos. O PL, maior destinatário do fundo, repassou 25,9% a candidatas, abaixo inclusive do piso de 30%. Quando se consideram todas as fontes de receita, e não apenas os fundos públicos, o número sobe para 24 dos 29 partidos com candidatas.

Um importante achado diz respeito ao prazo de 8 de setembro, fixado pelo TSE para a distribuição dos recursos reservados às candidaturas de mulheres e de pessoas negras. Até essa data, as mulheres receberam 36,7% do FEFC distribuído, acima da sua parcela nas candidaturas. Dos R\$ 561,5 milhões repassados depois do prazo, porém, ficaram com apenas 10,8%, o que reduziu a parcela final para 33,7%. A regra foi, assim, cumprida dentro do prazo e esvaziada depois dele, padrão que só se torna visível com o acompanhamento temporal dos repasses.

Gráfico 1. Parcela das mulheres no FEFC recebido antes e depois do prazo de 8 de setembro



Linha tracejada: parcela das mulheres nas candidaturas deferidas (35,6%). Fonte: TSE, dados abertos, corte de 04/10/2026.



A organização em cortes sucessivos confere particular relevância à dimensão temporal do monitoramento. Entre 29 de setembro e 4 de outubro, a receita declarada pelas candidaturas deferidas passou de R\$ 6,02 bilhões para R\$ 6,36 bilhões, e a parcela das mulheres caiu de 31,0% para 30,2%. No mesmo intervalo, a vantagem das candidatas a deputada estadual na receita média encolheu de 14,4% para 6,5%, e o número de partidos abaixo da proporção no FEFC passou de 16 para 17, com a saída do União Brasil, que estava exatamente no limite no corte de 2 de outubro. A reta final da campanha não alterou o padrão de distribuição, mas aprofundou a desigualdade já observada, ao concentrar nos candidatos o volume adicional de recursos.

Quadro 1. Candidaturas titulares deferidas

Corte	Receita das deferidas	% para mulheres	Partidos abaixo da proporção	Dif. média dep. estadual
29/09	R\$ 6,02 bi	31,0%	16	+14,4%
02/10	R\$ 6,22 bi	30,4%	16	+9,2%
04/10	R\$ 6,36 bi	30,2%	17	+6,5%

Nota: Partidos abaixo da proporção: parcela do FEFC para mulheres menor que a parcela de mulheres nas candidaturas.

Esse acompanhamento terá continuidade em duas novas etapas. A primeira abrange o segundo turno, com votação em 25 de outubro, em que quatro mulheres concorrem ao governo estadual, no Acre, no Amazonas, no Distrito Federal e no Tocantins, e a prestação de contas final, que deve ser entregue até 3 de novembro pelas candidaturas que disputaram apenas o primeiro turno e até 14 de novembro pelas que disputaram o segundo. A segunda corresponde à etapa pós-eleitoral, com relatório final previsto para o início de 2027, e permitirá cruzar os recursos recebidos com a votação obtida, examinar sobras de campanha e devoluções e verificar se o ritmo mais lento de execução das despesas pelas candidatas (41,5% da receita, contra 47,4% dos candidatos) reflete atraso na declaração ou recursos que não se converteram em gasto efetivo de campanha. A extensão do monitoramento até a prestação final amplia a validade analítica da série e oferece subsídios para a verificação do cumprimento das cotas de financiamento, a cargo da Justiça Eleitoral.

O relatório parcial completo do monitoramento especial sobre financiamento de campanhas femininas se encontra em anexo a esse Relatório.





5. Violência Política

A parceria entre o Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil (OVPE/GIEL-UNIRIO) e a TE Brasil, desenvolvida no âmbito da Missão de Observação Eleitoral 2026, estabeleceu uma estratégia de acompanhamento temporal da violência contra lideranças políticas ao longo das diferentes etapas do processo eleitoral. O desenho adotado permite observar o fenômeno não apenas a partir de seus valores agregados, mas de sua transformação conforme se altera o contexto da competição política.

O primeiro esforço de mapeamento concentrou-se na pré-campanha, abrangendo os registros realizados entre janeiro e 15 de agosto de 2026. Nesse intervalo, foram identificados 260 episódios de violência contra lideranças políticas, posteriormente examinados segundo sua distribuição temporal e territorial, modalidades de violência, cargos ocupados pelas lideranças vitimadas e características demográficas e partidárias. A análise alcançou 25 unidades da Federação e o Distrito Federal entre os casos territorialmente identificados, constituindo uma base empírica nacional para a observação do comportamento violento antes da formalização das candidaturas e da intensificação da disputa eleitoral.³¹

Com o início oficial da campanha, em 16 de agosto, o monitoramento passou a incorporar a condição de candidatura como dimensão analítica central. Entre essa data e o primeiro turno, realizado em 4 de outubro, foram mapeados 99 episódios, dos quais 71 envolveram candidatos e candidatas e outros 28 atingiram lideranças sem candidatura. Além de preservar as dimensões já trabalhadas no primeiro levantamento, esse segundo recorte possibilitou agrupar a análise, a partir da participação formal ou não nas eleições. A própria intensidade dos registros apresentou alteração relevante: a média passou de 1,15 episódio por dia na pré-campanha para 1,98 durante a campanha e o primeiro turno, crescimento de aproximadamente 72%.³²

A organização do monitoramento em recortes sucessivos confere particular relevância à dimensão temporal da parceria. Mais do que produzir retratos isolados, a continuidade da coleta permite acompanhar permanências e alterações nos padrões de vitimização conforme avança o calendário eleitoral, distinguindo mudanças de intensidade de eventuais transformações na composição dos episódios. A comparação entre pré-campanha e campanha, por exemplo, indicou intensificação dos registros sem ruptura equivalente nas modalidades predominantes, com manutenção do peso das violências psicológica e física.

Esse acompanhamento terá continuidade em dois novos relatórios: o primeiro dedicado ao período do segundo turno, encerrado com a votação de 25 de outubro, e

³¹ O relatório completo sobre a pré-campanha pode ser acessado em: <https://tr.ee/RF7pWKc8Wf>

³² O relatório completo pode ser acessado em: <https://tr.ee/Xk36NIA7f2>





o segundo ao intervalo entre 26 de outubro e dezembro de 2026, correspondente à etapa pós-eleitoral. A extensão do monitoramento até o final do ano amplia a validade analítica da série temporal ao permitir observar não apenas a escalada associada à competição eleitoral, mas também o comportamento dos registros após o encerramento das votações, oferecendo elementos para avaliar em que medida os padrões identificados durante a disputa persistem ou assumem novas configurações no período pós-eleitoral.

O relatório parcial completo do monitoramento especial sobre violência política referente ao 1º turno se encontra em anexo a esse Relatório.

6. Violência política de gênero

A Missão de Observação Eleitoral da TE Brasil monitorou as ações judiciais relacionadas à violência política de gênero e raça (VPGR) ajuizadas durante o período de campanha do 1º turno.

O monitoramento é conduzido por pesquisadoras vinculadas ao Observatório sobre Violência Política contra a Mulher (ObsVPM)³³, mediante busca ativa nos sistemas processuais da Justiça Eleitoral.

A metodologia de monitoramento de ações judiciais sobre violência política contra mulheres recomendada pela direção do ObsVPM foi adaptada devido a limitações dos próprios sistemas de consulta pública. Entre 16 de agosto e 4 de outubro de 2026 (período de campanha do primeiro turno das eleições gerais), o monitoramento identificou 18 ações e procedimentos judiciais relacionados à violência política de gênero e raça, distribuídos por 10 unidades da federação e envolvendo 12 mulheres identificadas. A busca foi conduzida na Consulta Pública Unificada do TSE e, em seguida, nos sistemas processuais (PJs) de todos os 27 Tribunais Regionais Eleitorais.

Outros 7 procedimentos, autuados em 2026, mas fora do período de campanha, foram localizados no curso da ampliação da pesquisa para o ano inteiro, trabalho ainda não concluído, que será consolidado no relatório final.

a. Achado 1 — Metade dos casos é invisível no sistema unificado da Justiça Eleitoral

Dos 18 processos identificados, 9 foram localizados na Consulta Pública Unificada mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral, e 9 apareceram apenas quando a busca foi

³³ Luana Souza; Priscila Stella; Rebeca Campos.





repetida, um a um, nos sistemas dos Tribunais Regionais Eleitorais. Metade da base, portanto, não é recuperável pelo sistema que deveria reunir o acervo nacional.

Foi a busca direta nos tribunais regionais que fez emergir os casos do Paraná, de Santa Catarina, de Sergipe, do Acre e três dos cinco casos do Amazonas. Sem ela, este relatório descreveria um fenômeno concentrado em poucos estados do Norte e do Nordeste, retrato que os dados completos desmentem.

b. Achado 2 — A busca por termos, prevista na metodologia, não é executável

A metodologia recomendada pelo ObsVPM prevê a localização dos processos por conjuntos de termos de busca. Nenhum dos sistemas consultados admite pesquisa por texto livre no conteúdo das peças: a consulta se faz por campos estruturados: classe judicial, ano da eleição, data de autuação, órgão, partes, advogado. Foi necessário adotar estratégia substitutiva, baseada em varredura por classe judicial e triagem dos resultados.

c. Achado 3 — Metade dos casos não está etiquetada como violência política de gênero

Apenas 7 dos 18 processos têm fundamentação que nomeia expressamente o art. 326-B do Código Eleitoral ou a violência política de gênero. Na avaliação das pesquisadoras, 8 processos estão corretamente classificados como VPGR nos sistemas, 9 não estão e 1 foi enquadrado em categoria diversa.

Os demais tramitam sob assuntos como calúnia, difamação, injúria eleitoral violenta, denúncia caluniosa e impedimento de propaganda, rubricas que descrevem a conduta, mas apagam o recorte de gênero que a motivou.

d. Achado 4 — Dezoito processos, doze mulheres: a violência se repete sobre as mesmas candidatas

Os 18 processos correspondem a 12 mulheres identificadas. Uma candidata ao governo do Amazonas figura em quatro processos; a governadora de Pernambuco, candidata à reeleição, em três. Sete dos 18 processos (mais de um terço) dizem respeito a apenas duas mulheres.

A constatação tem consequência metodológica direta: número de processos não é número de vítimas, e qualquer leitura que confunda os dois superestima a dispersão do fenômeno e subestima a sua intensidade sobre cada mulher atingida.





e. Achado 5 — O perfil dos cargos inverte o padrão das eleições municipais

Oito dos 18 processos têm como vítimas governadoras ou candidatas ao governo estadual; três envolvem deputadas federais ou pré-candidatas ao cargo; três, deputadas estaduais ou candidatas; um, uma prefeita; e apenas um, uma vereadora.

f. Achado 6 — A Justiça Eleitoral autua com rapidez e decide com lentidão

Nos casos em que o fato ocorreu durante a campanha e a data está registrada, o intervalo entre o fato e a distribuição do processo foi de zero a quatro dias em seis ocorrências. Quando o fato é anterior ao período eleitoral, a defasagem salta para 94, 190 e 200 dias.

A resposta inicial, portanto, é rápida, o que tensiona a narrativa de morosidade herdada dos monitoramentos anteriores. Mas rapidez de autuação não é rapidez de proteção: ao fim do período de campanha, nenhum dos 18 processos havia produzido decisão de mérito, e a maioria permanecia em fase inicial, conclusa para decisão ou aguardando diligências.

g. Achado 7 — O caso do Amazonas sintetiza o problema da classificação

A candidata ao governo do Amazonas figura em quatro processos autuados durante a campanha. Apenas um deles está classificado como violência política de gênero, com fundamento no art. 326-B. Os outros três tramitam como difamação e calúnia. Mesma vítima, mesmo período, padrão de ataque equivalente, e apenas um em quatro carrega a etiqueta que permitiria encontrá-lo.

O único dos quatro classificados como VPGR foi arquivado definitivamente.

h. Achado 8 — O Centro-Oeste não aparece no período de campanha

Nenhum dos 18 processos do recorte provém da região Centro-Oeste. Os três casos da região localizados pela pesquisa (dois no Distrito Federal e um no Mato Grosso) foram todos autuados fora do período de campanha. Como a varredura alcançou os 27 tribunais, a ausência não decorre de falta de busca; mas a consulta ao TRE da Bahia registrou falha de acesso não superada, de modo que aquele estado não pode ser descrito como estado sem casos.

O relatório parcial completo do monitoramento especial sobre violência política de gênero referente ao 1º turno se encontra em anexo a esse Relatório.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



7. Redes sociais e inteligência artificial nas eleições

A MOE da TE Brasil acompanhou o tema das redes sociais e o uso de inteligência artificial nas eleições 2026 a partir de uma perspectiva analítica, baseada na leitura de relatórios especializados da sociedade civil³⁴ e no exame normativo dos documentos do TSE (tanto da Resolução nº 23.610/2019, TSE) sobre as regras vigentes para o uso de IA nas eleições.

Considerando que o tema vem ganhando cada vez mais espaço no processo eleitoral, e diante da quantidade de informação obtida pela Missão, uma análise mais detalhada será incluída no Relatório Parcial do 2º turno.

8. O dia de votação

O dia da votação transcorreu com normalidade, não tendo sido identificadas incidências que pudessem comprometer a regularidade da emissão do voto pelo país. Neste tópico, serão expostos os dados coletados pela equipe de observadores ao longo da jornada eleitoral.

a. Participação

De acordo com os dados do sistema de totalização do TSE, o primeiro turno das eleições de 2026 registrou abstenção de 21,08%, equivalente a aproximadamente 33,4 milhões de eleitoras e eleitores, sendo uma marca histórica de abstenção.³⁵ No total, 158.745.463 eleitoras e eleitores estão aptos a votar.³⁶

Os dados coletados pela Missão nos formulários de observação, embora não constituam amostra estatística do eleitorado nacional, permitem qualificar a

³⁴ Relatórios de monitoramento do Observatório IA nas eleições (<https://observatorioianaseleicoes.com.br/>) desenvolvido em parceria entre Aláfia Lab e Data Privacy Brasil.; Papo de IA: como chatbots interagem sobre eleições, do InternetLab em LabDados/FGV e a Rede Conhecimento Social (ReCoS) (<https://internetlab.org.br/pt/noticias/nem-so-ranquear-nem-so-indicar-o-que-os-chatbots-mais-fazem-e-relacionar-candidaturas-ao-perfil-do-usuario/>) e “Deepfakes, foreign-run accounts and unauthorised ads, new research exposes Meta’s Brazil election ad machine”, da Eko (<https://eko.org/en/media/deepfakes-foreign-run-accounts-and-unauthorised-ads-new-research-exposes-metas-brazil-election-ad-machine>). Acesso em 05 Out. 2026.

³⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-10/tse-vai-trabalhar-para-diminuir-abstencao-no-segundo-turno> Acesso em 05 Out. 2026.

³⁶ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/eleicoes-2026-em-numeros-158-7-milhoes-de-eleitores-estao-aptos-a-votar> Acesso em 05 Out. 2026.





experiência de comparecimento e o funcionamento das seções no dia da votação. Quanto ao fluxo de votação, em 71,93% das seções observadas contavam com filas com mais de 3 pessoas para emissão do voto. Em outras 49,12%, observadores/as registraram que eleitoras e eleitores demoravam mais de dois minutos para concluir a votação.

Apesar das filas identificadas durante a jornada, a situação no encerramento da votação se mostrou mais regular. Em 94,96% das seções observadas, não havia pessoas na fila sem votar no momento do fechamento.

Outros indicadores também ajudam a compreender as condições de participação. Em 87,20% das seções observadas, houve o respeito ao atendimento prioritário de gestantes, lactantes, pessoas idosas e demais eleitoras e eleitores prioritários. Além disso, em 79,36% da amostra de seções apresentavam informação sobre como votar ou justificar o voto. Por outro lado, houve registro de impedimento de voto em 8,57% das seções visitadas. Como principais motivos, foram indicados a não inscrição naquela seção e a falta de documento de identificação

b. Observação especial em hospitais, asilos e demais instituições

A MOE 2026 acompanhou a votação em estabelecimentos que atendem populações com vulnerabilidades específicas, como hospitais, asilos e unidades prisionais. Nos formulários de abertura, foram identificadas sete seções situadas em hospitais e em um asilo: Hospital Universitário de Maringá (2 seções), Hospital Oswaldo Cruz (1 seção), Lar dos Velhinhos de Maringá (1 seção), Hospital Erasto Gaertner (1 seção), Hospital Universitário – HU (1 seção) e Hospital de Clínicas (1 seção). Nesses locais, todos os centros de votação foram avaliados como dotados de acessibilidade para pessoas com deficiência e de seção de fácil acesso para eleitoras e eleitores com dificuldade de locomoção. Quanto ao atendimento prioritário, em seis das sete seções (85,71%) observou-se que gestantes, lactantes, pessoas idosas e demais eleitoras e eleitores prioritários tiveram seu direito respeitado; em uma seção, essa condição não foi identificada.

Em contraste, a observação em ambiente prisional apontou uma condição particular. Uma seção foi identificada na “Polícia Penal – Unidade prisional de Santo Antônio do Descoberto”, em Goiás. Nesse Centro, o diretor do estabelecimento afirmou que, embora tenha feito a solicitação para o envio de urnas para o exercício de voto dos presos provisórios, estas não foram enviadas para unidade penitenciária. A MOE 2026 está averiguando o que pode ter passado.





c. Fiscais de partido

Foi observada a presença de fiscais de partido estiveram presentes em 45,37% do total de seções. Com recorte de gênero, 55,31% deles eram mulheres e 44,69% eram homens.

Não foi identificado nenhum incidente envolvendo fiscais de partido para além dos relatados no tópico sobre o voto no exterior.

d. Zerésima, materiais e preparação dos centros

A zerésima foi emitida no procedimento de inicialização da urna em 889 seções (91,64%); em duas seções (0,21%) não foi emitida e em 80 (8,26%) não foi observada. O resumo da zerésima estava afixado em local visível em 852 seções (87,78%) e os materiais eleitorais indispensáveis para a abertura da votação estavam presentes em 894 seções (92,36%). Quanto à preparação geral, 946 centros de votação (97,42%) foram avaliados como devidamente preparados para o dia da votação.

e. Espaços, listas de candidaturas e informação ao eleitor

Os espaços no local de votação foram considerados adequados em 98,46% das seções observadas. Em 98,15% das seções visitadas, os/as observadores/as assinalaram que as cabines de votação estavam instaladas em lugares que preservam o segredo do voto.

Entre as 15 seções com segredo do voto comprometido (1,55% da amostra), os comentários apontam como principal fator a posição da cabine ou da urna próxima a janelas, o que poderia permitir a visualização do voto a partir do exterior. Em várias ocorrências na UEPB (Paraíba), observadores/as registraram a presença de “janela alta atrás da urna”. Em outros casos, como no Colégio Estadual da Prata (PB) e na Escola Estadual Arthur Cezar Ferreira Reis (AM), a cabine ou a urna estavam posicionadas perto de janelas, exigindo que cortinas fossem fechadas para garantir a privacidade.

A lista de candidaturas estava à vista em 86,91% das seções. Informação sobre como votar ou justificar o voto estava disponível em 79,36% das seções observadas.



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



f. Voto acompanhado

Votos acompanhados foram presenciados em 25,93% das seções observadas. Entre os acompanhantes registrados, predominaram crianças, seguidas de mulheres e homens, havendo também casos com combinações desses perfis. Em 1,44% desses casos, os/as observadores/as perceberam algum tipo de coação ou pressão por parte do acompanhante.

9. Integridade do sistema eletrônico de votação

O sistema eletrônico de votação brasileiro é submetido a um amplo conjunto de auditorias, testes públicos e mecanismos de segurança ao longo de todo o ciclo eleitoral. A Justiça Eleitoral oferece mais de 40 procedimentos de auditoria, com participação de partidos políticos, Ministério Público, OAB, Congresso Nacional e outras instituições, incluindo a abertura dos códigos-fonte, o teste público de segurança, a assinatura digital dos sistemas, a lacração dos programas e a verificação de autenticidade e integridade das urnas.

No dia da votação, são realizados o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas e o Teste de Integridade com Biometria, que simulam uma votação em ambiente controlado para comprovar que o programa da urna registra corretamente o voto dos eleitores. Desde a primeira edição do teste, em 2009, não foi encontrado nenhum achado capaz de comprometer o sigilo da votação ou o resultado das eleições. Na véspera do primeiro turno de 2026, o TSE realizou cerimônia de verificação final dos sistemas, atestando que os programas responsáveis por receber, processar e totalizar os resultados das urnas estavam de acordo com as versões assinadas digitalmente e lacradas em setembro.³⁷

Porém, o tema ainda é debatido em um contexto de confiança pública oscilante. Pesquisas realizadas ao longo de 2026 mostram a dimensão do assunto: um levantamento Genial/Quaest, de fevereiro, indicou que 43% dos brasileiros não confiavam no sistema de votação³⁸; já uma pesquisa Meio/Ideia, divulgada em agosto, apontou que 35,3% confiavam “muito” nas urnas, enquanto 24,3% não confiavam e 22,2% confiavam “pouco”.³⁹

³⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/brasil-hoje/2026/10/tse-confirma-integridade-de-sistemas-das-urnas-eletronicas-na-vespera-do-primeiro-turno.shtml> Acesso em 05 Out. 2026.

³⁸ <https://quaest.com.br/relatorios/pesquisa-genial-urnas-eletronicas-fevereiro-2026/> Acesso em 05 Out. 2026.

³⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/meio-ideia-35-dos-eleitores-confiam-nas-urnas-eletronicas-24-desconfiam/> Acesso em 05 Out. 2026.





A TE Brasil acompanha esse debate público e faz acompanhamento específico das etapas de preparação da urna eletrônica, além de monitorar os procedimentos que estão previstos durante o período eleitoral.

a. Teste Público da Urna 2025/2026

O Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais, denominado pelo TSE de Teste Público da Urna, é realizado, em regra, no ano anterior às eleições. Seu objetivo é permitir que especialistas, pesquisadoras e pesquisadores, instituições acadêmicas, órgãos públicos e cidadãos e cidadãos habilitados apresentem planos de teste destinados a identificar vulnerabilidades ou pontos de aperfeiçoamento nos sistemas eleitorais. O escopo inclui os sistemas de geração de mídias, votação, apuração, transmissão e recebimento de arquivos, além de sistemas utilizados nas etapas de auditoria. O TSE organiza o procedimento em quatro fases: preparação, execução dos planos de teste, avaliação dos resultados e Teste de Confirmação.⁴⁰

Para as Eleições Gerais de 2026, o Teste Público da Urna foi realizado em dezembro de 2025, na oitava edição do procedimento. Houve 122 inscrições de planos de teste apresentadas por 149 pessoas. Após a análise da Comissão Reguladora e o encerramento da fase recursal, 38 planos foram aprovados, vinculados a 17 inscrições e envolvendo 27 participantes. Em razão da desistência de participantes, foram efetivamente executados 35 planos de teste por 27 investigadoras e investigadores, organizados em 15 grupos.⁴¹

Os testes foram realizados entre 1º e 5 de dezembro de 2025 e tiveram como objeto os sistemas que seriam utilizados nas Eleições Gerais de 2026. Posteriormente, em maio de 2026, ocorreu o Teste de Confirmação, no qual foram reaplicados os testes que haviam produzido achados, para verificar as correções e os aperfeiçoamentos implementados pelo TSE.⁴² Segundo os dados consolidados pelo Tribunal, a edição de 2025 resultou em 29 planos executados, 26 investigadoras e investigadores participantes e 64 horas de testes públicos. A diferença entre os 35 planos anunciados na abertura da etapa prática e os 29 planos indicados no quadro final de resultados deve ser preservada no relatório, pois corresponde a momentos distintos de contabilização: a previsão ou execução informada durante o evento e o resultado consolidado posteriormente pelo TSE.

⁴⁰ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/tpu> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴¹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Dezembro/comeca-o-teste-publico-da-urna-2025> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴² <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Maio/eleicoes-2026-testes-confirmam-mais-uma-vez-a-seguranca-do-sistema-eleitoral-brasileiro> Acesso em 05 Out. 2026.





O TSE informou que quatro dos planos executados apresentaram achados, mas nenhum deles comprometeu a integridade do sistema, o sigilo do voto ou o resultado das eleições. Os achados foram encaminhados para avaliação técnica e as medidas de correção foram submetidas ao Teste de Confirmação.⁴³

b. Assinatura digital e lacração dos sistemas

A Missão também acompanhou a etapa de finalização dos sistemas eleitorais. Em 4 de setembro de 2026, o TSE realizou a Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais, procedimento que marcou a conclusão do desenvolvimento dos programas que seriam utilizados nas eleições. Durante a cerimônia, foram gerados os resumos digitais (hashes) dos sistemas, que funcionam como identificações únicas das versões aprovadas. Em seguida, as mídias contendo os sistemas foram acondicionadas em envelopes lacrados e armazenadas na Sala Cofre do TSE.⁴⁴

A assinatura digital permite verificar, nas etapas posteriores, se os programas instalados nas urnas correspondem exatamente às versões que foram previamente inspecionadas, compiladas, assinadas e lacradas. A partir desse momento, qualquer alteração nos arquivos modifica sua identificação digital e pode ser detectada pelos mecanismos de verificação. O TSE informou ainda que foram gravados três conjuntos de mídias: dois permaneceram na Sala Cofre e um terceiro ficou sob a guarda da Secretaria de Tecnologia da Informação, para eventual apresentação às entidades fiscalizadoras interessadas.

c. Geração de mídias e lacração das urnas

Após a assinatura e a lacração dos sistemas no TSE, as equipes da Missão acompanharam etapas locais de geração de mídias, carga das urnas e lacração dos equipamentos.

A Missão esteve presente nas cerimônias de algumas cidades e estados em que está presente.⁴⁵ Os/As observadores/as relataram que os procedimentos transcorreram de

⁴³ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/arquivos/tpu-relatorio-final-da-comissao-avaliadora/@@display-file/file/final-relatorio-comissao-avaliadora.pdf> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴⁴ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/sistemas-das-eleicoes-gerais-de-2026-sao-assinados-digitalmente-e-lacrados-pelo-tse> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴⁵ Capinópolis, MG, Cartório Eleitoral de Capinópolis (19/09/2026); Belo Horizonte, MG, Cartório Eleitoral da zona 31 (19/09/2026); Sete Lagoas, MG, Cartório Eleitoral de Sete Lagoas, (19/09/2026); Curitiba, PR, Fórum Eleitoral (18/09/2026 e 19/09/2026); Araucária, PR, Fórum Eleitoral, (18/09/2026); Maringá, PR, Fórum Eleitoral, (21/09/2026 e 25–27/09/2026); Manaus, AM, Fórum Eleitoral do TRE-AM,





forma organizada e que os servidores forneceram informações sobre as atividades realizadas.

A participação da Missão nessas cerimônias dependeu, em grande medida, da obtenção tempestiva de informações sobre datas, horários, locais e procedimentos de acesso. Para isso, a coordenação e as equipes buscaram inicialmente os pontos focais das Comissões de Auditoria da Votação Eletrônica (CAVEs) e dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais. Também foram consultados os canais oficiais dos TREs, cartórios eleitorais e juízos eleitorais, além do envio de ofícios e comunicações institucionais.

Em alguns casos, os TREs já haviam publicado seus cronogramas, o que permitiu o contato direto com os cartórios e a organização prévia da presença dos observadores. Em outros, foi necessário enviar mensagens aos TREs solicitando datas, horários, locais, editais de convocação, informações sobre as equipes responsáveis e possibilidades de acompanhamento.

A experiência foi desigual entre os estados. Alguns TREs responderam diretamente às solicitações e forneceram as informações necessárias. Em outros, houve demora, respostas incompletas ou indicação de que a demanda seria respondida por meio de processo administrativo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Também houve situações em que a ausência de informações disponíveis ou o recebimento tardio das respostas prejudicou a possibilidade de participação. Em alguns estados, quando a Missão finalmente obteve as datas e os locais das cerimônias, o calendário já estava avançado e não havia mais tempo suficiente para organizar o deslocamento dos observadores. Esse fator foi especialmente relevante para uma missão nacional, com equipes distribuídas em diferentes regiões do país e com limitações logísticas próprias.

A Missão reconhece as iniciativas dos TREs que disponibilizaram calendários, pontos de contato e informações sobre as cerimônias. No entanto, a experiência de 2026 reforça a recomendação já apresentada em relatórios anteriores de que os TREs deveriam publicar, com antecedência, um calendário completo das cerimônias de geração de mídias, carga, preparação e lacração das urnas, indicando local, data, horário, zonas eleitorais envolvidas e regras de acesso. Também seria importante que os editais e comunicados fossem enviados diretamente às entidades fiscalizadoras e às missões de observação credenciadas.

Essa providência permitiria maior previsibilidade, reduziria a dependência de contatos informais ou de sucessivas solicitações administrativas e aumentaria as possibilidades de acompanhamento público de etapas essenciais para a preparação do sistema

(23/09/2026); Barreira, CE, Cartório Eleitoral da 52ª Zona Eleitoral (29/09/2026); Passo Fundo, RS (30/09/2026); Recife, PE (26/09/2026); Rio de Janeiro, RJ (26/09/2026).



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



eletrônico de votação. Um sistema nacional de divulgação no próprio site do TSE poderia ser muito positivo para fins de comparecimento nesses momentos.

Já sobre os testes de integridade, a Missão acompanhou os realizados no 1º turno, na véspera do dia de votação. O acompanhamento ocorreu no DF, SP, RJ, CE, MG e PR. Não foram identificadas intercorrências.

d. Boletins de urna, transmissão de dados e totalização dos votos no TSE

A observação do encerramento da votação abrangeu a emissão dos Boletins de Urna (BU), sua distribuição aos fiscais de partido e sua afixação em local visível na seção eleitoral. Foram analisados 83 registros de fechamento de seção eleitoral em diferentes municípios do Brasil e do exterior e os dados indicam que a emissão do BU foi registrada em 100% das seções observadas. A distribuição dos boletins aos fiscais de partido também foi registrada em 100% dos casos. Quanto à afixação do documento, 98,8% dos registros indicam que o BU foi afixado em local visível na seção eleitoral. Em apenas um registro (Niterói/RJ) foi relatado que, em um mesmo local de votação, apenas duas seções haviam deixado o boletim afixado.

Foram identificadas ocorrências pontuais relativas ao acesso e à distribuição dos boletins. Em Jacobina/BA, foi relatado que, após uma recusa inicial sob o argumento de que não seria possível imprimir outra via, a observadora recebeu uma cópia do BU. Em Curitiba/PR, foram observados fiscais que compareceram após o encerramento apenas para fotografar o BU afixado, sem solicitar cópia ou assiná-lo. Em Manaus/AM, houve divergência inicial sobre a informação relativa à distribuição dos boletins, solucionada posteriormente.

A observação das condições de votação abrangeu também a ocorrência de intercorrências relacionadas a eventos climáticos, falhas no fornecimento de energia e outros episódios capazes de afetar essa etapa do processo eleitoral. Os dados indicam que 98,7% dos registros não apontam intercorrências relevantes capazes de comprometer o processo de votação. Em 1,3% dos registros foram mencionados episódios relacionados a eventos climáticos ou falhas de energia, como em Marília/SP, Maringá/PR e João Pessoa/PB. Todas as situações foram contornadas. Em nenhuma das seções observadas foi relatada interrupção generalizada da votação, perda de votos ou comprometimento do funcionamento das urnas em decorrência desses episódios.

Já a observação da transmissão dos resultados abrangeu a chegada das urnas e mídias às juntas eleitorais, a presença de fiscais de partido, a ocorrência de erros na leitura das mídias e a existência de incidentes durante a transmissão. Foram analisados 37 registros de acompanhamento da transmissão de dados em juntas eleitorais, cartórios



TRANSPARENCIAELEITORALBRASIL



TRANSPARENCIAELEITORALBR



TEleitoralBR



tebrasil



transparenciaeleitoralbr



teleitoralbr



WWW.TRANSPARENCIAELEITORAL.COM.BR



e pontos de transmissão e os dados indicam que, em 18,9% dos casos foi registrada a presença de fiscais de partido durante a transmissão. Quanto à ocorrência de erros na leitura de alguma mídia de resultado, 8,1% dos registros assinalaram a ocorrência desse tipo de problema.

Em nenhum dos registros analisados foi relatada perda de dados, impossibilidade de recuperação de resultados ou comprometimento do envio dos votos. Segundo os/observadores/as próprios registros, receberam encaminhamento operacional pela Justiça Eleitoral.

Durante a totalização dos votos do 1º turno, ocorreu um incidente técnico que interrompeu por aproximadamente 40 minutos a atualização dos resultados no painel de divulgação do TSE. A TE Brasil acompanhou diretamente do TSE e presenciou a coletiva de imprensa após a divulgação dos resultados oficiais, em que o Presidente Min. Kassio Nunes registrou que no interior do Tribunal o clima era de normalidade. Em pronunciamento oficial, o ministro atribuiu o atraso a um congestionamento no sistema de divulgação dos dados, provocado por fluxo de informações superior ao habitual, e afirmou que não houve interrupção da totalização, apenas atraso na conversão e apresentação dos dados no painel.⁴⁶

O TSE destacou que não houve qualquer indicativo de interferência externa, ataque cibernético ou comprometimento da integridade dos dados apurados. A totalização continuou funcionando durante o período, e os resultados das disputas estaduais seguiram sendo atualizados. O episódio foi tratado como intercorrência técnica, sem impacto sobre a segurança ou confiabilidade do processo.⁴⁷

A TE Brasil segue acompanhando o tema para posterior informação.

10. Considerações finais

A Missão de Observação Eleitoral Nacional 2026 felicita a Justiça Eleitoral, desde o TSE até os TREs, bem como todo o corpo de servidores, pelo trabalho realizado de organização das eleições 2026.

O Brasil possui complexidades próprias para o seu processo eleitoral, o que exige da autoridade eleitoral um alto nível de competência para garantir a integridade democrática desde o início do calendário até a diplomação dos eleitos. A Missão

⁴⁶ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/nunes-marques-da-coletiva-apos-apuracao-do-1o-turno.ghtml> Acesso em 05 Out. 2026.

⁴⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-10/kassio-diz-que-nao-ha-alerta-de-interferencia-nas-eleicoes-brasileiras> Acesso em 05 Out. 2026.





seguirá monitorando as eleições no 2º turno, considerando todos os tópicos abordados neste relatório.

A Missão também celebra a atitude positiva e de tranquilidade de brasileiras e brasileiros, que fizeram possível que a jornada eleitoral fosse pacífica e tradutora da vontade popular.

Por fim, a Missão agradece profundamente a toda a equipe de observadoras e observadores, que não pouparam esforços para coletar todos os dados que aqui estão expostos. Seguimos juntos e juntas para o 2º turno.



MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES GERAIS BRASILEIRAS 2026

COMUNICADO PRELIMINAR

Missão de Observação Eleitoral Nacional da PUC-SP Eleições Gerais de 2026 – Primeiro Turno

São Paulo, 4 de outubro de 2026

1. Introdução e reconhecimento

A Missão de Observação Eleitoral Nacional (MOE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) cumprimenta o povo brasileiro pela realização das Eleições Gerais de 4 de outubro de 2026. O pleito contou com um eleitorado de aproximadamente 158.745.463 pessoas aptas a votar, distribuídas em 94.365 locais de votação e 2.641 zonas eleitorais em todo o território nacional.

Nesta eleição, foram disputados os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores, Senadores e Suplentes, Deputado Federal e Deputado Estadual ou Distrital.

A Missão avalia que o processo transcorreu com normalidade e com ampla participação do eleitorado, inclusive de pessoas idosas e com deficiência, tendo sido pontuais as ocorrências nas localidades observadas.

A Missão destaca o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) na organização do primeiro turno, inclusive no que se refere a participação de observadoras e observadores nacionais e internacionais.



MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES GERAIS BRASILEIRAS 2026

2. Composição e metodologia

A MOE é composta por 46 observadoras e observadores brasileiros voluntários, distribuídos em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A observação seguiu metodologia alinhada às diretrizes do TSE, com monitoramento imparcial, neutro e independente, sem interferência no processo eleitoral, durante todo o período de votação (das 7h às 17h – considerando o horário local de cada Estado).

No dia da eleição, a Missão concentrou sua observação nos seguintes aspectos:

- a integridade do processo, pela observação dos atos de abertura e de encerramento da votação;
- o funcionamento da urna eletrônica;
- a acessibilidade e o atendimento ao eleitorado com deficiência, em suas dimensões arquitetônica, comunicacional e atitudinal, bem como ao eleitorado com direito a atendimento prioritário;
- a ocorrência de ilícitos eleitorais, como o derramamento de santinhos.

Este comunicado apresenta resultados preliminares, com base nos dados coletados pelas e pelos observadores ao longo da votação. O observado será detalhado no Relatório Final da MOE.

4. Principais constatações preliminares

4.1 Organização e preparo do processo

Conhecimento sobre a observação eleitoral. De modo geral, servidores da Justiça Eleitoral, mesários e fiscais partidários estavam preparados para a atuação de observadores. Em situações pontuais, houve desconhecimento sobre a função, sem que isso tenha representado barreira ao trabalho da Missão. Observou-se,



MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES GERAIS BRASILEIRAS 2026

contudo, que o eleitorado desconhece a existência e o papel da observação eleitoral, sendo frequente a confusão com a figura do fiscal.

4.2 Acessibilidade e atendimento prioritário

- a) **Acessibilidade.** Apesar de presente na maior parte dos locais observados, a acessibilidade ainda enfrenta barreiras arquitetônicas relevantes, como elevadores inoperantes em locais sem rampas. Identificaram-se, ainda, locais em que a demanda sobre o servidor responsável pelo atendimento a pessoas com deficiência foi elevada.
- b) **Atendimento prioritário.** A prioridade foi, em grande parte, respeitada. Persistem dificuldades de organização quando há várias situações de prioridade na mesma seção eleitoral ou grande presença de pessoas idosas.

4.3 Condições de votação e integridade

- a) **Condições climáticas.** Foram registradas chuvas intensas em determinadas localidades de São Paulo e Mato Grosso do Sul. As chuvas podem ter dificultado o comparecimento e influenciado o índice de abstenção, embora não tenhamos esses números.
- b) **Urnas eletrônicas e biometria.** Observou-se o funcionamento regular das urnas e o uso da biometria, com utilização apenas pontual de urna de contingência. A Missão avalia que a biometria é uma das causas das filas e da aglomeração, em razão das situações que exigem até quatro tentativas antes do registro manual da presença. De toda forma, acredita-se que quando não houver mais essa necessidade, o fluxo deve acontecer de forma mais célere. Não se constatou, contudo, impacto na integridade do voto.
- c) **Filas.** Foram observadas filas com grande quantidade de pessoas nas seções eleitorais, com maior intensidade no período da manhã, tendo sido reduzido o



PUC-SP

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES GERAIS BRASILEIRAS 2026

fluxo na parte da tarde em algumas das seções. As filas repletas de pessoas frequentemente eram acompanhadas de reclamações sobre a organização, inclusive quanto à acessibilidade e regras de preferência, sem prejuízo para a participação dos eleitores.

4.4 Propaganda eleitoral e ilícitos

Propaganda eleitoral. A propaganda observada foi, em grande parte, silenciosa. Registrou-se o derramamento de santinhos em algumas localidades fora dos locais de votação e, de forma pontual, dentro deles. Nenhum outro ilícito eleitoral foi observado.

4.5 Incidentes

A Missão não constatou incidentes graves ou de particular relevância.

5. Considerações finais

Os resultados preliminares reiteram o compromisso das Missões de Observação Eleitoral com a transparência e a integridade do processo eleitoral e a importância de uma política de fortalecimento da observação eleitoral no país.

O Relatório Final será divulgado após o encerramento do processo eleitoral.

**Missão de Observação Eleitoral Nacional
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2026 – **13h.**

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - **@nepedi.uerj**, com fundamento na Resolução n.º 23.678/2021 do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, apresenta relatório parcial de observação eleitoral referente às atividades observadas entre as 7 e as 11 horas no dia da votação.

**COMUNICADO PARCIAL DE OBSERVAÇÃO
DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 NO BRASIL
Primeiro Turno**

O presente comunicado reúne, de maneira sintética, os fatos e atividades observados pelas 103 pessoas observadoras credenciadas pela Missão do NEPEDI/UERJ no TSE distribuídas em 53 localidades, em 17 estados, no Distrito Federal e em 1 local de votação no exterior.

A Missão de Observação Eleitoral proposta pelo NEPEDI para as Eleições Gerais de 2026 tem como objetivo principal verificar o interesse internacional no processo eleitoral brasileiro.

Entre as 7 e as 11 horas, a Missão observou os procedimentos preparatórios, a abertura das mesas e os procedimentos de votação em 338 seções eleitorais no Brasil e no exterior. Adiante apresentam-se alguns destaques, que serão recuperados na construção do relatório final:

1. De maneira geral, constatou-se que a votação transcorreu com tranquilidade no período matinal na maioria das seções, tendo sido observados apenas incidentes isolados nas localidades em que as atividades da Missão estão sendo realizadas. Esses incidentes isolados se referem, majoritariamente, a filas e demoras para a votação.
2. **A Missão reforça que nenhum incidente grave ou de particular relevância foi observado até as 11 horas nas localidades em que as atividades da Missão estão se desenvolvendo.**
3. Ainda nesse contexto, chamou a atenção da Missão o relato de ausência ou do reduzido número de agentes de forças de segurança em 116 das 338 seções eleitorais observadas até as 11 horas
4. A Missão permanece atenta em campo, observando o pleito, e relatará eventuais acontecimentos de menor gravidade e relevância oportunamente no documento final da Missão, em até 30 dias contados da diplomação dos candidatos eleitos.
5. Com particular atenção ao tema, também se reporta que, durante os procedimentos de instalação das seções e das respectivas mesas de votação, foram observados apenas incidentes isolados que não merecem relevo preliminar. Com relação às eventuais dificuldades no momento da votação relacionadas ao

manuseio dos equipamentos e à identificação numérica dos candidatos, também se informa que a votação tem transcorrido sem incidentes graves relacionados às urnas eletrônicas.

6. De maneira particular, as pessoas observadoras estiveram atentas, nesta manhã, às especificidades locais relacionadas aos meios de transporte público e às suas implicações no deslocamento dos eleitores. Também receberam especial atenção das pessoas observadoras do NEPEDI/UERJ os eventuais problemas no procedimento de identificação dos eleitores pelos mesários.
7. **De forma geral, a Missão relata não ter observado incidentes relacionados à identificação de eleitores e deslocamento capazes de comprometer ou impedir de maneira significativa, até as 11 horas, o exercício do sufrágio, conforme estabelecido na legislação.**
8. **Quanto ao interesse internacional, foco central da Missão, a observação realizada ao longo da manhã não presenciou incidentes ou ocorrências que possam indicar interferência estrangeira no processo eleitoral brasileiro.**
9. Por fim, a Missão de observação eleitoral do NEPEDI/UERJ convoca as autoridades, os candidatos e as candidatas e a cidadania em geral a promover o estrito cumprimento das normas eleitorais vigentes no Brasil, bem como garantir a segurança integral das pessoas observadoras e daquelas envolvidas na organização das eleições. Estimula, ainda, as mesmas autoridades, além dos partidos e das campanhas, a aguardarem a consolidação dos resultados da totalização dos votos para se manifestarem publicamente.
10. Um novo comunicado será expedido ao final da jornada de votação, atualizando as informações disponibilizadas neste documento.
11. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro reafirma, por meio da Missão de Observação Eleitoral do NEPEDI levada a cabo nestas eleições gerais brasileiras de 2026, seu compromisso democrático histórico e pioneiro com a defesa dos interesses da cidadania.

Raphael Carvalho de Vasconcelos
Coordenador da Missão Eleitoral do NEPEDI/UERJ

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2026 – **18h.**

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - **@nepedi.uerj**, com fundamento na Resolução n.º 23.678/2021 do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, apresenta relatório de observação eleitoral de encerramento referente às atividades observadas entre as 7h e as 17h30 no dia da votação.

COMUNICADO DE ENCERRAMENTO DE OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 NO BRASIL

O presente comunicado reúne, de maneira sintética, os fatos e atividades observados pelas 103 pessoas observadoras credenciadas pela Missão do NEPEDI/UERJ no TSE distribuídas em 53 localidades, em 17 estados, no Distrito Federal e em 1 local de votação no exterior.

A Missão de Observação Eleitoral proposta pelo NEPEDI para as Eleições Gerais de 2026 tem como objetivo principal verificar o interesse internacional no processo eleitoral brasileiro.

Entre as 7h e as 17h30, a Missão observou os procedimentos preparatórios, a abertura das mesas e os procedimentos de votação em 571 seções eleitorais no Brasil e no exterior. Adiante apresentam-se alguns destaques, que serão recuperados na construção do relatório final:

1. De maneira geral, constatou-se que a votação transcorreu com tranquilidade na maioria das seções, tendo sido observados, contudo, importantes incidentes principalmente entre as 10h e as 15h **majoritariamente relacionados a filas e demoras para a votação em diversas localidades** em que as atividades da missão foram realizadas. A missão relata, noutro sentido, que nenhum incidente grave ou de particular relevância foi observado ao longo do dia.
2. Assim como apontado no comunicado das 13h, **a Missão Eleitoral do NEPEDI/UERJ não observou, ao longo do dia de votação, episódio significativo relacionado à segurança de eleitores, mesários, candidatos ou autoridades.**
3. A missão relatará eventuais acontecimentos de menor gravidade e relevância oportunamente no documento final da Missão, em até 30 dias contados da diplomação dos candidatos eleitos.
4. Com particular atenção ao tema, também se reporta que, durante os procedimentos de instalação e de encerramento das seções e das respectivas

mesas de votação, foram observados apenas incidentes isolados que não merecem relevo preliminar. Com relação às eventuais dificuldades no momento da votação decorrentes do manuseio dos equipamentos e da identificação numérica dos candidatos, **também se informa que a votação transcorreu sem incidentes graves relacionados às urnas eletrônicas.**

5. De maneira particular, as pessoas observadoras estiveram atentas às especificidades locais relacionadas aos meios de transporte público e às suas implicações no deslocamento dos eleitores. Também receberam especial atenção das pessoas observadoras do NEPEDI/UERJ, os eventuais problemas no procedimento de identificação dos eleitores pelos mesários.
6. De forma geral, a missão relata não ter observado, ao longo do dia, incidentes relacionados à identificação de eleitores e deslocamento capazes de comprometer ou impedir de maneira significativa o exercício do sufrágio, conforme estabelecido na legislação.
7. **Quanto ao interesse internacional, foco central da Missão, a observação realizada ao longo do dia não verificou incidentes ou ocorrências que pudessem indicar interferência estrangeira no processo eleitoral brasileiro durante o período observado.**
8. **Por fim, a missão de observação eleitoral do NEPEDI/UERJ relata que, de uma forma geral, as autoridades, os candidatos e candidatas e a cidadania cumpriram as normas eleitorais vigentes no Brasil e garantiram que o primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 transcorresse democraticamente com tranquilidade, transparência e normalidade.**
9. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro reafirma, por meio da Missão de Observação Eleitoral do NEPEDI, levada a cabo nestas eleições gerais brasileiras de 2026, seu compromisso democrático histórico e pioneiro com a defesa dos interesses da cidadania.

Raphael Carvalho de Vasconcelos
Coordenador da Missão Eleitoral do NEPEDI/UERJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA OBSERVATÓRIO DE DEMOCRACIA

Relatório Preliminar Missão De Observação Eleitoral Em Região De Fronteiras Eleições Gerais De 2026 No Brasil, Primeiro Turno

Foz do Iguaçu, 4 de outubro de 2026

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por meio do Observatório de Democracia do Núcleo de Integração Regional e Democracia apresenta seu relatório preliminar sobre o primeiro turno das Eleições Gerais de 2026, realizado em 4 de outubro. A Missão é credenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com fundamento na Resolução TSE n.º 23.678/2021 e no Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Missões de Observação Eleitoral Nacional, publicado em 24 de fevereiro de 2026.

A Missão é coordenada pela UNILA, em rede com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sob coordenação adjunta do Prof. William Daldegan, com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), sob a coordenação adjunta do Prof. Flávio Lira, com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob a coordenação adjunta do Prof. Ivann Lago, com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob coordenação adjunta da Profa Deborah Monte, com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), sob coordenação adjunta do Prof. Antônio Dju, com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), sob coordenação do Prof. Glauber Carvalho, e com a Universidade Federal do Amapá (Unifap), sob coordenações adjuntas dos professores Miguel Denin e Lincoln Thomaz.

A Missão foi composta por 67 pessoas observadoras credenciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e distribuída em dezenove localidades da região de fronteira, em cinco estados, englobando os três arcos de Fronteira do Brasil e com participação em cinco estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima e Amapá.

Este informe é preliminar e geral. Os dados detalhados e as recomendações ao TSE e aos Tribunais Regionais Eleitorais constarão do relatório final.

METODOLOGIA E BASE DE DADOS

O objetivo geral da Missão foi verificar a integridade, a transparência e a inclusividade do processo eleitoral nas cidades e estados de fronteira.

A coleta de dados da Missão foi realizada a partir de um protocolo de observação digital padronizado, organizado em módulos por etapa da votação, e preenchidos em tempo real pela equipe observadora no campo. Os formulários cobriram eixos relacionados a integridade técnica como autenticação, anonimato e singularidade do voto, registro dos votos, funcionamento dos equipamentos e transmissão de resultados, além de elementos



específicos da fronteira, como barreiras linguísticas e culturais, tratamento dispensado a migrantes naturalizados, povos indígenas e quilombolas, situações de constrangimento ou coação, mobilidade e acesso físico às seções e voto no exterior em cidades próximas as fronteiras.

A Missão realizou a observação em 420 seções eleitorais ao longo do dia da eleição, distribuídos entre abertura, realização da votação e fechamento das seções eleitorais.

ATIVIDADES PRÉ-ELEITORAIS

Entre abril e setembro de 2026, a Missão realizou o credenciamento junto ao TSE, o levantamento das pessoas observadoras nas instituições parceiras, o levantamento normativo e institucional, a articulação com Tribunais Regionais Eleitorais e organizações da sociedade civil, e realizou o planejamento dos itinerários.

A capacitação foi conduzida em formato remoto e híbrido, em quatro módulos: fundamentos da observação eleitoral; marco normativo e princípios de observação eleitoral; direito eleitoral brasileiro; e protocolos de observação e segurança do observador.

ATIVIDADES NO DIA DA VOTAÇÃO

Abertura das seções

A abertura transcorreu dentro do previsto na grande maioria dos registros. As mesas foram instaladas no horário, com um único atraso de poucos minutos, causado pela ausência do secretário da mesa, que foi substituído por outro mesário.

Na maior parte das seções, a zerésima foi assinada por todos e fixada em local público, a instalação foi visível ao público e a lista de candidatos estava exposta. Fiscais de partido estavam presentes em cerca de metade das aberturas observadas.

A observação foi realizada sem restrições na quase totalidade dos casos, com ocorrências pontuais de demora na liberação do acesso, de acionamento do TRE por desconhecimento do instrumento das Missões Eleitorais, além de ter ocorrido casos da exigência de registro em ata para a atuação do observador.

Houve falhas de energia em parte das aberturas, e as urnas operaram com bateria própria ou com energia puxada de outra sala. Das seções observadas, somente em uma única seção a urna foi trocada por contingência, por defeito na tecla de confirmação.

Funcionamento da votação

A votação transcorreu com tranquilidade na maioria das seções observadas, com ocorrências pontuais. A identificação biométrica foi realizada, os mesários demonstraram clareza sobre os procedimentos e o sigilo foi garantido pela disposição da mesa em praticamente todos os registros. Na maior parte dos casos, a votação de cada eleitor levou



poucos minutos. Não houve registro de violência contra eleitores ou mesários. Poucas urnas foram substituídas e algumas seções foram interrompidas, por falta de energia, travamento da urna e realocação de seção, entre outras causas. Em nenhum desses casos a Missão observou prejuízo ao exercício do voto.

Condições climáticas e energia

Choveu na maior parte dos registros do Mato Grosso do Sul, em vários casos com chuva intensa. A chuva dificultou o deslocamento de eleitores e eleitoras e a espera nas áreas externas dos locais de votação. Falhas de energia foram relatadas em parte dos registros, com maior incidência no Mato Grosso do Sul e em Foz do Iguaçu. A Missão não observou episódios que tenham impedido o voto por esses motivos.

Filas

Filas longas ou demora foram registradas em parte significativa dos registros e se concentraram nas horas centrais do dia, entre as 9h e as 14h, com redução depois das 15h. Parte das filas coincide com a chuva e com os horários de maior movimento. Em outros casos, a causa foi a agregação de seções na mesma sala, observada em locais de votação de mais de um estado, onde o tempo de espera foi maior. A fila preferencial nem sempre foi respeitada.

Informação ao eleitor e acessibilidade

Em muitos registros havia eleitores sem saber onde votar, e em vários havia dúvidas sobre o procedimento. Parte dos casos se relaciona a mudanças de seção e a locais com sinalização insuficiente. A Missão considerou parte dos locais inacessível a pessoas com mobilidade reduzida, em geral por escadas, falta de rampa ou corredores estreitos. Em alguns registros houve eleitores impedidos de votar por título irregular ou biometria ausente.

Possíveis ilícitos eleitorais

A Missão presenciou duas denúncias de possíveis ilícitos, uma de boca de urna, em Santa Rosa (RS), e um relato de venda de votos, em Foz do Iguaçu (PR). Em ambos os casos, forças de segurança foram acionadas no local. A Missão não apura ilícitos e acompanhará o desfecho pelos canais oficiais da Justiça Eleitoral.



Dimensões de fronteira

A chegada de grupos organizados de eleitores vindos do país vizinho foi marcada em poucos casos. Em alguns registros foram identificados votantes que residem do outro lado da fronteira, e na maior parte a pessoa observadora não pôde identificar essa condição. Barreiras linguísticas entre eleitores e mesários apareceram em poucos casos, e material em outros idiomas e tradutores ou auxiliares foram encontrados em alguns locais.

Houve casos isolados de documento estrangeiro apresentado na seção, resolvidos, de dupla nacionalidade e de lentidão em controle migratório. No Consulado do Brasil em Ciudad del Este, eleitores com carteira de identidade brasileira muito antiga e documento paraguaio atualizado precisaram da autorização da presidência da seção para votar. Alguns registros marcam incidentes de segurança com dimensão transfronteiriça, e as equipes ainda verificam o conteúdo. Eles serão tratados no relatório final.

Fechamento e apuração.

A maior parte das seções fechou no horário, e os atrasos descritos foram de poucos minutos, por fila no momento do encerramento. O boletim de urna foi impresso e disponibilizado ao público em quase todos os registros, e alguns eleitores conferiram o boletim. Fiscais de partido e observadores nacionais estavam presentes em parte dos fechamentos.

A Missão recebeu relatos de eleitores presentes no local às 17h que não votaram, em Macapá, e de fechamento antecipado por queda de energia, no Mato Grosso do Sul. A condução geral do fechamento foi avaliada como adequada em quase todos os registros, e as intercorrências foram menores, como dificuldade das mesas com o encerramento da urna e a retirada da mídia.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A votação transcorreu com tranquilidade na maioria das seções observadas, com ocorrências pontuais. A abertura ocorreu no horário e com os procedimentos previstos em quase todos os registros, e as substituições de urna e as interrupções de seção não impediram o voto. A chuva no Mato Grosso do Sul e as falhas de energia dificultaram o deslocamento e o funcionamento de algumas seções no Paraná, mas não comprometeram a realização das eleições.

As filas foram frequentes nas horas centrais do dia e se agravaram onde havia seções agregadas na mesma sala. A falta de informação sobre o local de votação afetou muitos registros e merece atenção da Justiça Eleitoral, assim como a acessibilidade física, limitada em parte dos locais observados. Duas denúncias de possíveis ilícitos eleitorais foram presenciadas. Não houve registro de violência contra eleitores ou mesários.



A Missão apresenta, a título preliminar, cinco recomendações. A primeira é rever a agregação de seções na mesma sala em locais de grande fluxo. A segunda é reforçar a sinalização e a comunicação sobre mudança de local e de seção. A terceira é avaliar contingência de energia e cobertura contra chuva nos locais de votação. A quarta é reforçar a orientação das mesas sobre o encerramento às 17h, a distribuição de senhas e a impressão do boletim de urna. A quinta é ampliar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida nos locais acessibilidade reduzida.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Com base nos registros produzidos pela Missão concluímos que o primeiro turno transcorreu, nas localidades observadas, dentro da normalidade, com ocorrências pontuais que não impediram o exercício do voto. A conclusão se limita ao universo observado e não avalia o conjunto do processo eleitoral nacional.

A Missão seguirá em atividade. Verificará os registros com informação incompleta, acompanhará os desdobramentos judiciais e retomará o protocolo de observação em caso de segundo turno, previsto para 25 de outubro. O relatório final, com a análise completa será entregue ao TSE nos prazos estabelecidos pelo Tribunal.

A Missão agradece ao TSE e aos Tribunais Regionais Eleitorais, às Universidades Federais da rede e às pessoas observadoras que possibilitaram o trabalho realizado e parabeniza o povo brasileiro pelo exercício do voto de forma pacífica e de acordo com as normas eleitorais.

Lucas Ribeiro Mesquita
Coordenador da Missão
Universidade Federal da Integração Latino-Americana